

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**LUBRIFICANTE OU FREIO DO DESENVOLVIMENTO: A
CORRUPÇÃO BRASILEIRA RECENTE E SEUS IMPACTOS**

BRUNO AMARAL OLIVEIRA

Matrícula nº 110122473

Orientador: Prof. Fábio Silas Sá Earp

OUTUBRO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**LUBRIFICANTE OU FREIO DO DESENVOLVIMENTO: A
CORRUPÇÃO BRASILEIRA RECENTE E SEUS IMPACTOS**

BRUNO AMARAL OLIVEIRA

Matrícula nº 110122473

Orientador: Prof. Fábio Silas Sá Earp

OUTUBRO 2018

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e companheira, Dayana Mendes Lopes, pelo suporte carinhoso, bem como todo o apoio não só neste, mas em outros aspectos e momentos da minha vida, e por ajudar a cultivar meu lado acadêmico, por enxergar o que eu não consigo sozinho, e por estar, para o que der e vier, comigo. Por me fazer companhia na correria da cidade grande, não deixar com que me sinta só entre tanta gente que passa.

Ao amigo Gustavo Reis Louro, por ter me presenteado com o livro que deu a ideia para iniciar esta pesquisa.

Ao meu primo Lucas, pela amizade e fraternidade ao longo desses anos e pela cobrança para este trabalho ser finalizado.

Ao amigo Roberto Perez, pelas amizade, companheirismo elucidações, e momentos de descontração e apoio nesta jornada.

Aos meus pais, por terem se esforçado para eu chegar aonde cheguei, pela bússola moral com a qual fui criado, o que permitiu que eu encarasse esta pesquisa da forma como foi feita.

Ao professor Fábio Sá Eárp, pela orientação, revisão e paciência ao longo da confecção desta monografia.

À UFRJ, por ter me dado a oportunidade de formar boas amizades além de propiciar um ensino de altíssima qualidade nesse mundo de incertezas, mostrando-o como ainda maior e intimidador, porém mais claro.

Aos amigos Leonardo, Nathã, Luis, Thomas, Pedro, Renan, Artur, Felipe, entre muitos outros que a exaustão não permite que eu lembre agora, e que fazem da vida mais leve e agradável, através dos risos compartilhados.

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

RESUMO

Esta monografia pretende apresentar o conceito de corrupção, algumas de suas causas e consequências, utilizando artigos e publicações de renomados autores sobre o tema. A partir da fundamentação teórica, serão mostradas duas teorias contrapostas: a Grease The Wheels Theory e Sand the Wheels Theory. Ambas analisam os possíveis efeitos da corrupção sobre a economia. Após o esclarecimento dessas ideias, comenta-se o fenômeno da corrupção brasileira recente e, pela conclusão de estudos realizados sobre o cenário brasileiro, salienta-se a importância do debate e de mais estudos empíricos quanto à corrupção no Brasil, país com uma corrupção endêmica enraizada de modo que foi até abraçada na forma do “jeitinho brasileiro”. Dada esta visão popular leve e já vista como de praxe dos atos corruptos, esta monografia busca salientar a importância de não relevarmos uma conduta semelhante, além de expor seus efeitos na dinâmica brasileira recente.

TABELAS

Tabela 1 Conceitos do "jeitinho brasileiro"	Error! Bookmark not defined.
Tabela 2 A Experiência dos Empresários com a Corrupção	Error! Bookmark not defined.
Tabela 3 Opinião dos empresários sobre o argumento da empresa em situação hipotética	39
Tabela 4 Carga Tributária (% PIB) VS IDH	48
Tabela 5 Carga Tributária vs IDH Ajustado pela nova série histórica do PIB.....	49
Tabela 6 - Economia Informal no Mundo (2005) (*) Transição do modelo de produção socialista para o capitalismo	52

Figuras

Figura 1 Trade-off entre nível salarial e corrupção.....	23
Figura 2 Eficiência versus Corrupção nas grandes regiões brasileiras	41
Figura 3 Índice de Percepção da Corrupção 2017.....	44
Figura 4 Carga Tributária (% PIB) vs IDH	49
Figura 5 – IDH vs Carga Tributária (% PIB) – 2011	51

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1: As dificuldades de definir a corrupção	10
1.1. Os níveis de corrupção	14
1.2. As causas da corrupção.....	17
2. As consequências da corrupção	24
2.1 A corrupção como um impulso: a Grease The Wheels Theory	25
2.2. A corrupção como um entrave: a Sand the Wheels Theory	29
2.3. As soluções para a corrupção.....	33
3. A corrupção no Brasil	35
3.1. Estudos sobre a corrupção brasileira	40
3.2. Ponderações sobre a corrupção	45
4. Conclusão	53
Referências Bibliográficas	56

Introdução

A motivação desta monografia veio a partir da atual crise político-econômica que aflige o país e as soluções de austeridade propostas que, diretamente, oneram o cidadão comum, especialmente o de baixa renda, enquanto mantêm e protegem os privilégios de agentes econômicos e políticos de elite. Essas propostas são passadas por um Congresso envolto em corrupção e impunidade, que não será diretamente afetado pelo amargo remédio proposto.

Há um crescente interesse pela temática da corrupção no Brasil. O fenômeno não é nenhuma novidade na nossa história: Anões do Orçamento, Dossiê Cayman, Pasta Rosa, Máfia dos fiscais, compra de votos para a reeleição, o esquema PC Farias, a CPI do Banestado, entre muitos outros, isso só mencionando a história recente, são parte do nosso enlameado processo histórico. Recentemente, foi descoberto o maior caso de corrupção na história da América Latina em terras tupiniquins. O que de fato traz uma novidade não é que o Brasil o protagonizou, mas, principalmente, a resposta da sociedade à corrupção recente: a Operação Lava Jato e seus desdobramentos. Não entrando no juízo de mérito dos agentes institucionais, “juízes-heróis” do povo, atos inconstitucionais, “justiceiros”, “messias” e possíveis perseguições a determinados partidos ou a personagens, é inegável que a operação está, “como nunca antes visto na história deste país”, punindo agentes corruptos ou suspeitos de corrupção, mesmo em altos escalões do governo ou do setor privado, o que ajudou a mudar, ao menos um pouco, a sensação de impunidade na sociedade brasileira.

Sendo assim, como a corrupção ou o combate a ela podem afetar o sistema econômico? Muitos estudos foram feitos sobre o tema, mas nenhum conclusivo. Há ainda, no meio acadêmico, argumentos que apontam um possível fator positivo na corrupção em determinados cenários. Estes argumentos fazem parte de uma teoria chamada “Grease The Wheels Hypothesis” (GWH) que mostra a corrupção como um possível “azeite” ou “lubrificante” ao processo econômico em situações específicas. Contrária a esta teoria, está a “Sand the Wheels Hypothesis” (SWH) que define a corrupção como um freio ao desenvolvimento e crescimento econômico.

Este trabalho se dividirá da seguinte forma: no primeiro capítulo, será apresentado o conceito de corrupção, utilizando as definições de renomados autores e argumentos de autoridade sobre o tema, bem como suas causas, níveis e tipos. No segundo capítulo, serão mostradas algumas das consequências da corrupção e as duas teorias supracitadas, a GWH e SWH, serão explicadas e contrapostas, analisando também a conclusão de estudos empíricos sobre as teorias. No capítulo três, será dito um pouco sobre o fenômeno da corrupção na história brasileira recente o cruzamento entre tais pressupostos teóricos, de acordo com a conclusão de estudos empíricos. No capítulo 4, o trabalho é concluído com uma síntese do que foi estudado nos textos e artigos. Há uma maior aceitação para a SWH uma aceitação maior à SWH do que à GWH, porém é feita a ressalva que mais estudos empíricos sobre o Brasil precisam ser feitos.

Capítulo 1: As dificuldades de definir a corrupção

A corrupção é reconhecida internacionalmente como um dos principais males da atualidade (Pierre-Guillaumemeon e Sekkat, 2005). A Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, a Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Banco Mundial e outras instituições financiam estudos, tomam resoluções sobre a questão e promovem ações com a finalidade de auxiliar o combate ao fim desta prática. No entanto, ela nem sempre carregou esta chaga: mesmo sendo moralmente condenável, suas consequências e causas ainda provocam debate no universo acadêmico, sendo considerada, por alguns estudiosos, capaz de gerar externalidades positivas em cenários específicos.

É difícil definir a corrupção. Ao longo dos anos, muitos pesquisadores tentaram fazê-lo, mas a resposta não se encontra em apenas um campo de pesquisa, sendo necessário, inclusive, o “estudo em conjunto, englobando outros, tais como: economia, administração pública, filosofia, ciência política, direito, antropologia e sociologia” (BIASON, 2012, p.9).” para uma tentativa de defini-la. A complexidade do fenômeno impossibilita um único conceito que seja aceito por todos. Usando as palavras de Vito Tanzi (TANZI, 1998, p. 564): “A corrupção já foi definida de diferentes maneiras, mas falta algo em cada uma delas (...). “No entanto, como um elefante, há um passo que seja difícil descrevê-la, não é, geralmente, difícil de ser reconhecida.” Apesar dos múltiplos conceitos, é possível observarmos congruências entre autores.

Segundo a definição utilizada pelo Banco Mundial, a corrupção seria o “abuso do poder público para benefícios privados”. No entanto, essa definição não abrange o fenômeno como um todo, pois, aparentemente, exclui a corrupção que ocorre apenas no setor privado ou torna necessária a participação de algum agente no setor público, o que, como é bem sabido, não é uma regra de conduta: uma empresa que contrate funcionários utilizando de nepotismo estaria cometendo um ato corrupto; um agente ou

poder público pode corromper-se não para obter um bem próprio, mas para o bem de seu partido, familiares, entre outros (TANZI, 1998).

A corrupção tampouco se restringe ao pagamento de subornos: um servidor público que alegue estar doente, mas sai de férias estaria abusando de seu poder e posição de estabilidade; um senador que ordena a construção de um aeroporto na fazenda de seu tio também estaria se aproveitando da sua posição sem necessariamente realizar o pagamento de propina.

Mark Philp (1997), ao falar do Caso Metherall, um complexo caso de corrupção política em Nova Gales do Sul, no estado da Austrália, fala da dificuldade de se definir o fenômeno, e como isso dificultou a condenação dos agentes públicos acusados. O caso envolvia uma negociata por trás dos panos por votos entre representantes do governo e outro parlamentar da oposição. Ao final das negociações, o parlamentar teria renunciado à sua posição e ganho um cargo bem pago no serviço público. As investigações apontavam que os atos dos parlamentares envolvidos se enquadrariam como “exercício parcial da função pública e quebra de sigilo” o que constituiria uma quebra na confiança e decoro parlamentar, o que seria, dentro da lei anticorrupção, como suficiente para dispensa dos servidores. O caso foi, então, julgado pela Suprema Corte e, por dois votos a um, os agentes públicos foram absolvidos, mas acabaram resignando seus postos antes do veredicto, devido à censura e à pressão parlamentar. Em sua defesa, um dos investigados disse que, se o que ele havia feito era contra a lei; então, todo o sistema político deveria ser questionado, pois ele estava sendo condenado por fazer política, e, se todo ato como o dele fosse punido, a sociedade seria deixada com um sistema político improdutivo.

Um dos motivos citados por Philp (1997) para a absolvição dos políticos, além da difícil definição da corrupção, é o fato que, no Ato anticorrupção no qual se enquadrava o caso dos parlamentares, as regras que eles quebravam permitiam uma interpretação mais flexível, devido à falta de objetividade na lei. E até onde vai o conceito corrupção? A fala do parlamentar indica uma forma de governo baseada na troca de favores, na nomeação de cargos... a corrupção faz parte vital do sistema político, segundo ele, e está tão intrinsecamente ligada e naturalizada que sequer é

reconhecida como danosa, mas sim como facilitadora ou até mesmo necessária para seu funcionamento.

No Brasil, os crimes contra a administração pública são extensamente descritos e atualizados no código penal, justamente para evitar este tipo de problema. É importante ressaltar, no entanto, que isso não necessariamente reduz os crimes, mas, talvez ajude na sua definição e efetiva punição.

A Transparência Internacional utiliza uma definição de corrupção mais abrangente em seu relatório “Integridade e Empresas no Brasil” (2018). Segundo eles, a corrupção é “o abuso do poder confiado para obtenção de ganhos privados”. A definição utilizada pela organização é propositalmente ampla, pois compreende comportamentos que vão além do suborno, como a formação de cartéis, o tráfico de influência e outros.

Existem muitos tipos de atos corruptos. Pode-se elencar, entre os principais citados na literatura sobre o tema e evidenciados nas obras de U Myint (2000) e Amundsen (1999), o pagamento de suborno, desfalque, fraude, extorsão, favoritismo/nepotismo e tráfico de influências.

Suborno é o pagamento de uma quantia em dinheiro, uma percentagem de um contrato ou qualquer outro favor pago ao agente público responsável por fazer contratos em nome do Estado, distribuir benefícios às companhias ou indivíduos, clientes e empresários. A propina é o pagamento, em dinheiro ou em favor, dado ou pego pelo oficial público em uma relação corrupta. Esse pagamento é necessário ou requerido para fazer com que os negócios sejam mais suaves, passem mais rapidamente ou se movam mais favoravelmente em meio à burocracia, ou para evitar algum empecilho. Ao “molhar as mãos” muitas corporações e negócios são capazes de comprar favores políticos e escapar do fardo total dos impostos e regulamentos de negócios, outros são capazes de comprar mercados protegidos e posições de monopólio, licenças e importação e exportação, entre outros (AMUNDSEN, 1999). Propinas podem influenciar a obtenção de licitações governamentais, a alocação de benefícios monetários do governo, como créditos subsidiados, preços favorecidos e taxas de câmbio com controle de preços e múltiplas taxas. O suborno também pode ser uma

importante forma de acessar licenças e permissões para iniciar negócios lucrativos como importação de bens em alta demanda e baixa oferta. Além disso, suborno também pode ser utilizado para ter acesso à escolas privilegiadas, auxílio médico subsidiado, taxas de financiamento mais baixas, hipotecas menores, reduzir a quantidade de impostos, taxas e outros custos, aumentar a velocidade de processos regulatórios ou decisões judiciais e, até mesmo, o resultado de tais processos e decisões, podendo ir de simples obtenções de carteiras de motorista até permissões e multas ambientais com relação ao controle de poluição ou prevenção de doenças (MYNT, 2000).

Fraude é um crime que envolve algum tipo de truque ou enganação, possui uma abordagem mais ampla do que o suborno ou o desvio. É fraude, por exemplo, quando agências estatais e representantes do Estado se envolvem no mercado informal, ou pirata, quando redes de falsificação fazem comércio com bens ilegais e contrabando, apoiados por sanções “oficiais” (AMUNDSEN, 1999).

Desfalque é o roubo de recursos públicos pelos agentes públicos e é entendido como outra forma de apropriação indevida de dinheiro público. O agente rouba da instituição pública em que trabalha e dos recursos que ele deveria administrar em nome do Estado e do público. É importante notar, no entanto, que este mesmo tipo de conduta seria possível no setor privado, isto é, empregadores desleais em firmas privadas também poderiam desviar recursos de seus empregados, clientes e firmas. (AMUNDSEN, 1999).

Extorsão é o ato de extrair dinheiro ou outros recursos via coerção, violência ou ameaças de uso da força. Dinheiro para “proteção” ou “segurança” é um clássico exemplo, como a máfia, exemplificado no Brasil pelos acordos das milícias ou pelo “arrego”, dinheiro pago por bandidos aos policiais corruptos para evitar conflitos em determinadas áreas controladas pelo tráfico.

Nepotismo ou Favoritismo é um mecanismo de abuso de poder, pelo qual recursos estatais são distribuídos de maneira enviesada. Um exemplo deste é a concessão, por um governante ou responsável pela nomeação, de escritórios, cargos ou benefícios públicos a amigos, parceiros e parentes, independente de merecerem. Pode

também ser utilizado para beneficiar parceiros em contratos licitatórios, subsídios governamentais, linhas de crédito, etc.

O tráfico de influências é uma forma sutil de corrupção, porém não menos relevante. Ele consiste na prática ilegal de uma pessoa aproveitar-se de sua posição de poder dentro de uma instituição, pública ou privada, ou de sua rede de contatos com pessoas no alto escalão, para obter vantagens, benefícios ou favores para si próprios ou para terceiros, geralmente em troca de favores ou pagamento.

O Código Penal Brasileiro, a partir do Título XI, fala dos crimes contra a Administração Pública. Não cabe, neste trabalho, entrar na complexidade do sistema penal brasileiro, especialmente não sendo a área inicial da pesquisa. No entanto, é importante citar o mesmo como um exemplo da importância e da difícil definição da corrupção: para complementar e tentar definir bem os tipos de crimes que os agentes públicos podem cometer, evitando, assim, que injustiças sigam impunes, numerosos artigos foram feitos. O profundo entendimento do tema é necessário para poder aplicar as leis e combatê-lo formalmente, e a versatilidade para caminhar por diferentes áreas é vital para isso.

1.1. Os níveis de corrupção

Para a conveniência de fins metodológicos e analíticos, as principais correntes teóricas de ciência política dividem os atos corruptos em dois níveis: grande corrupção (ou corrupção política) e pequena corrupção (ou corrupção burocrática). (AMUNDSEN, 1999)

A grande corrupção envolve agentes de alto nível no sistema político. As transações da grande corrupção envolvem os altos escalões de um regime político, ou seja, aqueles responsáveis por tomarem medidas que afetam municípios, estados ou a própria federação. Geralmente, estes atores políticos possuem uma estreita relação com a elite empresarial e entre si. A corrupção política se dá quando estes atores, em conluio com estas elites econômicas, manipulam ou criam leis para favorecimento de seus parceiros ou em negociações que perpetuem seu poder, influência ou ganhos pecuniários,

em detrimento do interesse público e do processo democrático. Este nível de corrupção pode envolver altas somas de dinheiro ou a contínua e sistêmica prática de nepotismo por uma família ou grupo político que busque um cargo ou instituição pública. Quando estas transações deixam de ser circunstanciais, com mais de dois agentes, com uma prática planejada, institucionalizada e em certo ambiente do Estado, são alertas vermelhos para o aparecimento de uma corrupção política sistêmica.

Os políticos envolvidos fazem uso de ferramentas legais e, de forma inteligente, distorcem as leis para atingirem seus objetivos, mesmo que estes tenham fins não democráticos. A corrupção política pode levar o Estado à falência institucional, afeta a alocação de recursos nacionais, a maneira como a tomada de decisões é feita, as eleições são decididas e as próprias estratégias de política interna e externas. Portanto, a grande corrupção, mais do que um desvio das normas formais e leis, dos códigos de ética e de decisões judiciais, é quando leis e regulamentações são, mais ou menos, sistematicamente abusadas, ignoradas ou manipuladas pelos governantes para servir aos seus interesses, e seu problema básico é a fraca *accountability* entre os governantes e os governados. (AMUNDSEN, 1999). Entende-se *accountability*, resumidamente, como o prestar contas do setor público aos cidadãos ou entidade pública responsável, para ter-se transparência e clareza quanto ao que o Estado gasta, como e o porquê, evitando, assim, desvios de conduta e de recursos, pois quaisquer alterações no planejamento público ou em detrimento da lei seriam facilmente apontadas, inibindo atos corruptos.

A pequena corrupção é aquela que em geral, mas, não exclusivamente, é praticada no âmbito onde as leis e as ordenanças são executadas (AMUNDSEN, 1999). As somas de dinheiro na pequena corrupção são menores do que na grande corrupção, dadas as oportunidades, benefícios que a pequena corrupção promove em relação à grande corrupção. São facilitações burocráticas, concessões de pequenos favores, subornos à oficiais para livrar-se de multas, pavimentação de estradas, emprego a amigos ou familiares em cargos pequenos, entre outros. (LANGSETH, 2006, p. 9). As transações da corrupção burocrática são circunstanciais, esporádicas, entre apenas dois atores e não está inserida em um sistema maior e sistemático de obtenção de vantagens. Mas, a distinção entre grande e pequena corrupção não deve ser utilizada para menosprezar a segunda: as consequências da institucionalização e aumento da frequência da pequena corrupção afetam significativamente os sistemas de saúde,

educação e segurança pública (ALEMAN, 2007, p.6). A preocupação com um possibilidade de pequena corrupção endêmica nos setores básicos da sociedade é reforçado pela publicação de Susan Rose-Ackerman, segundo a autora, a corrupção burocrática, apesar de parecer inofensiva, leva à ineficiência, à má distribuição dos escassos recursos do Estado, amplia o custo dos negócios, deslegitima o Estado nos níveis inferiores da sociedade e adultera as políticas públicas (ROSE-ACKERMAN, 2006, p. xix).

O quadro jurídico formal do Estado é, portanto, insuficiente como termos de referência para avaliar e julgar o problema da corrupção política. Padrões morais, normativos, éticos e políticos têm que ser trazidos, pois será necessário discernir legalidade de legitimidade quando se trata de corrupção política. Além disso, há um passo que a corrupção burocrática pode, normalmente, ser tratada com auditorias, acordos legislativos e institucionais, os efeitos degenerativos da corrupção política não são tão facilmente contra-atacados somente pelo meio administrativo. A grande corrupção endêmica necessita de reformas políticas radicais (AMUNDSEN, 1999).

A pequena e a grande corrupção diferem, principalmente, quanto ao fato de a pequena ser circunstancial e presente no âmbito das ordens e execução das leis, tratar-se de infringir ou desconsiderar estas leis sem que necessariamente haja conseqüências no curto prazo para a democracia. Por outro lado, a grande corrupção é um ou mais atos corruptos que envolvem a soma de pequenos ou grandes valores, tangíveis ou intangíveis, que atacam e se dão diretamente nas funções vitais do regime político.

Podemos listar, entre os tipos de corrupção política, a indevida licitação de obras públicas, a falta de isonomia na concessão de serviços públicos, o domínio de uma instituição pública por uma família, manipulação de processos eleitorais, entre outros. Uma completa diferenciação entre os dois níveis de corrupção fica a mercê da divisão clara entre o jogo político e a administração pública e é, portanto, impossível. Cada uma destas perspectivas pede metodologias e ferramentas de pesquisa diferenciadas, o que mostra que estas distinções têm importâncias práticas e analíticas consideráveis. (AMUNDSEN, 1999). As pesquisas baseadas na opinião popular são adequadamente utilizadas para avaliar a percepção popular com relação à corrupção

burocrática (pequena corrupção), porém não são ideais para avaliar precisamente a corrupção política (grande corrupção) (MILLER, 2006, p. 166).

Já a tradição da literatura utiliza diferentes conceituações: corrupção sistemática e corrupção venal. Utilizando as definições de Wallis (2006), corrupção sistemática é tanto uma forma concreta de comportamento político quanto uma ideia: em ambientes políticos contaminados pela corrupção sistemática, um grupo de políticos obtém renda e monopólio ao criar propositalmente barreiras à entrada em setores economicamente valiosos, de modo a restringir a atividade econômica por meio de concessões de monopólio, cartas, tarifas, cotas, regulamentos e afins. Esses arranjos ligam os interesses dos agentes econômicos aos políticos que os criaram. O objetivo é construir uma coalizão que possa dominar o governo. Manipular a economia para fins políticos é a corrupção sistemática. A corrupção venal, em contraste, é a busca por ganhos econômicos através da influência política. Na corrupção sistemática, a política corrompe a economia, enquanto na corrupção venal, a economia corrompe a política. Alguns pensadores clássicos concluíram que a corrupção venal é um inevitável resultado da natureza humana, portanto, eles se focaram em criar formas de governos que resistissem à corrupção sistemática. Pensavam que se eliminassem a corrupção sistemática, os problemas da corrupção venal seriam, possivelmente, também mitigados (Wallis, 2006).

As consequências da corrupção sistemática são, segundo o autor, enormes e muito mais significativos do que da corrupção venal. Governos corruptos sistematicamente não apenas buscam atividades para *rente seeking*, eles criam estas atividades. A sobrevivência desta forma de governo corrupta depende de limitar o acesso a mercados e recursos para criar renda e poder que vinculem os interesses da coalizão governante. A corrupção sistemática impede o desenvolvimento porque paralisa os mercados (Wallis, 2006).

1.2. As causas da corrupção

No texto *Corruption: Causes, Consequences and Cures* (2000), U Myint discorre sobre o obstáculo ao desenvolvimento econômico das nações que a corrupção se tornou, e a reconhece como um fenômeno mundial, não exclusivo de determinado país, estrutura ou história. Ele apresenta ideias sobre as causas, consequências e possíveis soluções para este problema, salientando o quanto ele afeta, em especial, países em desenvolvimento e cuja democracia ainda é nova ou incipiente. Afinal, qual é a fonte ou origens da corrupção? Esta pergunta não é fácil de ser respondida e, muitas vezes, assim como sua definição, possui mais de uma resposta, todas muito extensas. Para simplificar este objeto, o trabalho de Myint (2000), Vito Tanzi (1998) são boas bússolas com seus comentários e citações de outros autores e pesquisadores que são figuras de autoridade na questão.

Em seu artigo, Myint fala que alguns dos elementos chaves para entender e discutir corrupção são *rules and regulations (and their transparency and consistency), economic rent, accountability e discretionary powers*.

Na literatura econômica sobre o tema, o conceito de *economic rent* (ou *monopoly profit*) ocupa papel central. *Economic Rent* surge quando um agente possui algo especial ou único em seu poder para obter renda. Este traço único pode ser um apartamento luxuoso, um recurso natural como um poço de petróleo, um terreno em uma posição estratégica no centro econômico da cidade ou mesmo características pessoais agradáveis como beleza ou charme. Por possuir este bem único, o agente pode cobrar um preço acima do normal para o seu uso e, assim, extrair renda econômica ou lucro monopolista (*economic rent*) do mesmo. Já o ato de *rent seeking* pode ser definido como a busca por renda utilizando-se de manipulação política ou social, através de subornos, desfalques, propinas, enfim, qualquer tipo de atividade ilícita como algum dos tipos de corrupção supracitados. Um exemplo fácil de para ilustrar isto é o pagamento de propina a agentes públicos que são responsáveis pela emissão de certidões ou licenças, tornando, assim, o processo mais rápido. *Rent-seeking* de acordo com Tullock (2005) é o “uso de recursos reais para gerar renda econômica para as pessoas sendo que elas provem de alguma atividade com valor social negativo”. Explicando em outras palavras, *rent-seeking* gera uma renda pessoal em detrimento do bem-estar coletivo.

Accountability, anteriormente citada, é uma importante peça ao se considerar a questão da corrupção. Está ligada às regras, normas e sua consistência e transparência. Para que as regras e normas do sistema sejam obedecidas, aqueles que as administram devem ser responsabilizados pelas suas ações e prestar contas à população. Myint faz uma analogia com o financiamento de projetos escolares privados em países desenvolvidos: uma escola pede financiamento aos pais para implementar um determinado plano de melhoria na educação dos seus filhos. Para isso, é traçado um plano aberto ao público, com seus objetivos, benefícios, custos estimados, etapas do planejamento, tudo em detalhes para os pais-investidores. O progresso é periodicamente reportado enquanto o processo está em andamento e, ao final, um relatório final é apresentado com os objetivos cumpridos, as contas auditadas. Dessa forma, a escola pode ser responsabilizada caso algo seja feito fora do planejado, ocorra um desfalque ou não cumprimento do combinado, o que torna possível que ações disciplinares sejam tomadas, dúvidas esclarecidas, punições administradas, caso necessário.

Myint aponta como as regras e normas do sistema econômico devem ser conhecidas, consistentes e transparentes, permitindo, assim, que tudo ocorra ordenadamente, de forma a tornar os resultados mais previsíveis, o “jogo” mais justo, prevenir conflitos desastrosos, manter em cheque a ganância e outros instintos humanos predatórios, minimizar consequências socialmente indesejáveis, em suma, certificar-se que todos sigam um determinado padrão moral e tenham um bom comportamento. Se as regras são imparciais, não transparentes ou mudam constantemente e os juízes as aplicam a seu bel prazer, os jogadores não se sentiriam estimulados a jogar e iriam embora – percebe-se, aqui, que o autor faz uma analogia com os agentes econômicos privados (jogadores) e os juízes (agentes públicos).

A necessidade de *discretionary powers* é explicada pelo economista devido à impossibilidade de se criar regras que sejam aplicáveis em todo e qualquer cenário, à prova de falhas. Desse modo, algum grau de flexibilidade de poder discricionário deverão ser dados aos administradores (agentes públicos) para interpretar e aplicar as leis. Exemplificando o conceito, o autor fala de um agente aduaneiro. Imagina-se que há uma regra para taxar em 50% todos os eletrodomésticos que entrarem no país. No entanto, existem milhares de eletrodomésticos, cada um deles provenientes de variadas marcas, tipos, preços, técnicas, modelos e outras características difusas. Dado a

rapidez do avanço tecnológico, modelos mais antigos são descontinuados devido à obsolescência, com novos modelos e produtos chegando todos os dias ao mercado. Neste contexto dinâmico, os preços mudam frequentemente. Listar propriamente todos estes bens de consumo seria uma tarefa homérica e, quando finalmente fosse terminada, esta lista estaria desatualizada. Os custos de tempo, esforço e dinheiro poderia ser até maior do que a receita por taxar esses bens importáveis. Além disso, a categorização desses itens é complexa, pois poderiam pertencer a mais de uma categoria, dependendo de seu uso. Um aparelho de som pode tanto ser para uso doméstico quanto, caso importado por uma escola ou laboratório, para fins educacionais ao ser utilizado em sala de aula. Dessa forma, sempre deverá haver espaço para o julgamento pessoal do agente e liberdade para exercê-lo quando administrando e aplicando as leis e regras. Se tudo fosse feito seguindo completamente as regras, toda a administração pública iria parar. (Myint, 2000).

Myint usa a equação da corrupção de Klitgaard (1988) para explicar o fenômeno:

$$C = R + D - A$$

Onde C corresponde à corrupção, R a *economic rent*, D a *discretionary powers* e A *accountability*. Podemos entender pela equação que quanto mais oportunidades de realizar *rent seeking activities* em um país (R) e quanto mais poder discricionário (D) for dado aos agentes públicos, maior será a corrupção. Mas, quanto mais vigiados e responsabilizados pelos seus atos esses agentes forem, isto é, quanto maior a *accountability* (A), menor será a corrupção.

Interpretando a equação, Myint elenca três condições que tornam um país solo fértil para o crescimento de um sistema corrupto:

i) possuir uma quantidade muito grande e complexa de leis, normas, regulamentos e ordens administrativas que restrinjam os negócios e atividades econômicas, o que cria oportunidades aos burocratas para gerar *economic rent*, especialmente se tais medidas restritivas são aplicadas de maneira inconsistente e não-transparente;

ii) os administradores possuem muito poder discricionário com relação à interpretação das leis, têm demasiada liberdade para decidir como serão aplicadas, a quem e de que maneira, possuem autorização para emendar, alterar ou rescindir regras ou até mesmo suplementá-las através de novas medidas administrativas e procedimentos;

iii) não existem mecanismos ou instituições eficientes no país para responsabilizar e punir os agentes públicos pelas suas ações.

Pode-se complementar a interpretação de Myint, com alguns interessantes pontos apresentados por Vito Tanzi (1998) como causas da corrupção:

a) financiamento de partidos políticos: quando não há dinheiro público para o financiamento das atividades dos partidos, uma enorme pressão é gerada para se angariar fundos. Esta necessidade de recursos pelos partidos para fazerem suas agendas políticas e permanecerem no poder pode acabar sendo sanada por acordos ilícitos.

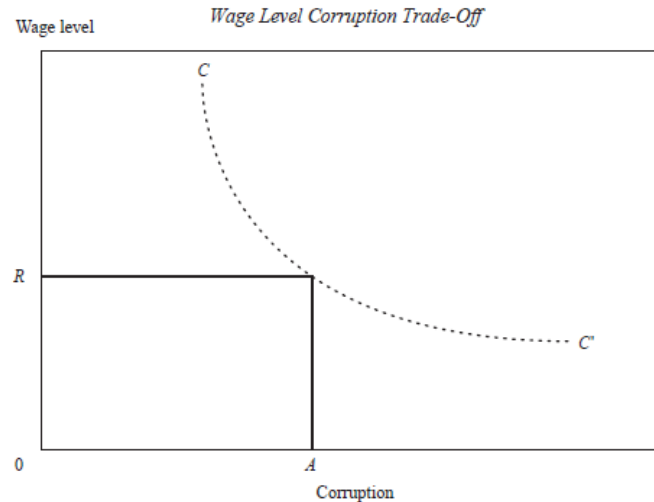
b) qualidade burocrática: a qualidade dos burocratas varia muito entre os países. Em uns, o emprego possui muito prestígio e status, em outros, nem tanto. A tradição e o efeito do orgulho que os indivíduos possuem ao trabalhar para o governo podem ser fatores que explicam, tudo mais constante, porque algumas burocracias são mais eficientes do que outras. Estudos de Rauch e Evans (1997) apontam que quanto mais o recrutamento e promoções de burocratas são baseados no mérito, ou seja, não por indicação política, menor é a chance de este burocrata ser corrupto. Uma estrutura de incentivos, a ausência de contratações politicamente motivadas e a tradição explicam fortemente a qualidade do corpo burocrático de um país.

c) o nível de salário do setor público: especula-se que há a corrupção por ganância e a corrupção por necessidade. Um salário muito maior em um alto cargo no setor público do que de um trabalhador médio no setor privado é associado, por alguns, como um inibidor de corrupção. Assar Lindbeck (1998) aponta este como um dos motivos para o baixo nível de corrupção na Suécia. A relação entre nível salarial e corrupção foi testada empiricamente por Van Rijckeghem e Weder (1997) e Haque e Sahay (1996). Seus estudos indicam uma relação causal entre as duas variáveis similar à

apresentada na Figura 1 abaixo. Especulam que, apesar de um aumento no nível salarial provavelmente reduzir a corrupção, um aumento muito grande seria necessário para reduzi-la a níveis mínimos. Portanto, na luta contra a corrupção, somente utilizar-se de aumento salarial como ferramenta pode ser muito custoso para o orçamento público e somente atingir o objetivo parcialmente, pois, dada a heterogeneidade dos agentes, é possível que mesmo indivíduos com altos salários continuem a tomar parte em atos corruptos. Além disso, existe um *trade-off*, pois com o aumento do salário público, talentos antes direcionados para o setor privado, podem ser realocados para o setor público, improdutivo nos modelos, levando a produção à níveis inferiores ao ótimo. Na literatura econômica, os salários altos podem reduzir o número de atos corruptos porque também podem aumentar o custo da corrupção para aqueles que continuarem corruptos: o custo de oportunidade de perder o emprego é maior do que antes.

No entanto, Aidt (2003), argumenta que uma política anticorrupção através do aumento salarial seria eficiente somente se houvesse uma terceira entidade, honesta e efetiva, a quem os agentes deveriam reportar, como uma auditoria. Além disso, a renda com a corrupção não poderia ser uma função do salário do agente e o custo dessa política teria que ser condizente com o orçamento governamental, o que, segundo o economista, é pouco provável de ser verificado em países com corrupção institucionalizada. Van Rijckeghem e Weder (2001) têm posições semelhantes à de Acemoglu-Verdier (1998,2000): um cenário com baixa corrupção é inferior a um cenário sem nenhuma. Mas, como é custoso demais, e sem garantias de erradicação total, aumentar em demasiado o salário do funcionalismo público como política anticorrupção não é a melhor solução: assim, mesmo que não seja uma erradicação completa, ainda é melhor permitir uma pequena corrupção do que deixar o mercado completamente desregulado, podendo agir por si próprio, com produtores privados não tendo incentivos para, por exemplo, seguir regras ambientais (poluir) ou participando de explorações de bens com externalidades negativas.

Figura 1 Trade-off entre nível salarial e corrupção



Fonte: *Corruption Around the World Causes, Consequences, Scope, and Cures*, Vito Tanzi, 1998, p. 573.

Na figura 1, CC' representa o trade-off entre o nível de corrupção e o nível de salários. Quanto menor o salário, maior a corrupção. Assumindo que OR representa um nível de salário consistente com o mínimo necessário para a família de um funcionário público ter uma vida decente. Pode-se assumir que OA seria a corrupção devido à ganância, enquanto que a corrupção após OA seria devido à necessidade. A figura 1 também infere que, independentemente do nível salarial, alguns oficiais públicos serão corruptos, talvez devido aos seus próprios motivos psicológicos ou morais, ou pelo suborno oferecido a eles ser alta demais para que resistam. Logo, nem todos os oficiais respondem do mesmo modo aos incentivos e os agentes são heterogêneos. (TANZI, 1998).

2. As consequências da corrupção

A morte de César, a queda do império Romano, a compra de votos por Lincoln, a reeleição de FHC, o Mensalão de Lula... a corrupção parece ter sido o que causou grandes pontos de inflexão no processo histórico das nações. O professor emérito da Universidade de Berkeley na Califórnia, Pranab Bardhan, inicia seu artigo fazendo menção ao tratado de administração pública datado do século IV A.C., no qual o filósofo indiano Cautília descreve em seu *Arthashastra*² sobre mais de quarenta diferentes tipos de desfalques na cobrança de impostos do reino:

Just as it is impossible not to taste the honey (or the poison) that finds itself at the tip of the tongue, so it is impossible for a government servant not to eat up, at least, a bit of the king's revenue. Just as fish moving under water cannot possibly be found out either as drinking or not drinking water, so government servants employed in the government work cannot be found out (while) taking money (for themselves).

(R. P. Kangle 1972, p. 91)

Percebe-se, a partir deste fragmento, como o desfalque atinge diretamente as contas públicas do governo e como tal relação causal negativa já era percebida mesmo na Antiguidade. O estudo de U Myint também aponta o suborno, a extorsão e o tráfico de influências como atos corruptos que têm impacto sobre a arrecadação fiscal: “(...) bribes can be used to reduce the amount of taxes, fees, dues, custom duties, and electricity and other public utility charges collected from business firms and private individuals. (Myint, 2000)”. Nesse quesito, o economista discute os possíveis efeitos da corrupção sobre o orçamento governamental, tanto pelo lado da receita quanto das despesas, e quais os retornos disso para a sociedade.

Porém, existem diversos efeitos, diretos e indiretos que são de difícil mensuração ou comprovação. O debate quanto ao efeito da corrupção da sociedade no campo acadêmico vai além da questão moral. Esta é condenada moralmente de forma unânime, mas o estudo do fenômeno na literatura econômica vai além da questão moral. Por exemplo, Acemoglu e Verdier (2000) argumentam que é muito caro extinguir

completamente todas as formas de corrupção. As leis são desenhadas de modo a maximizar o bem-estar social, e um equilíbrio com regulação e com certo nível de corrupção pode ser o melhor a se fazer na escolha entre falhas de mercado (exploração das externalidades negativas) versus falhas do governo (corrupção) (Lopes e Toyoshima, 2013). Este não é único caso em que a corrupção é benéfica, outros autores vêm argumentando que em algumas situações ela pode, inclusive, favorecer o crescimento econômico. Porém, seus desdobramentos e conseqüências são demasiado difusos para encontrarmos uma única resposta ou linha de raciocínio. Esta incerteza quanto aos resultados de permitir a existência corrupção, da eficiência do combate à mesma, os custos integrados a ambos, movimentam os intelectuais em dois grupos: os adeptos à Grease The Wheels Hipótese, que serão chamados aqui de “*greasers*”, acreditam que certo grau de corrupção pode ser benéfico para o sistema econômico, e os que acreditam na Sand The Wheels Hipótese, denominados “*sanders*”, a vêm como um freio ao desenvolvimento. A análise de PIERRE-GUILLAUME MEON' & KHALID SEKKAT (2005) mostra que o núcleo do debate *grease vs sand* não reside na pergunta se a corrupção reduz o investimento e o crescimento no geral. Na verdade, a preocupação é se a corrupção aumenta ou diminui o investimento e o crescimento se a qualidade de governança é baixa. Se, neste cenário, a corrupção reduzir o efeito negativo que um governo ineficiente causa, então é válida a Grease The Wheels. Mas, se a corrupção aumenta os efeitos negativos, então fica validada a Sand The Wheels.

2.1 A corrupção como um impulso: a Grease The Wheels Theory

Neste capítulo serão utilizadas as revisões e críticas apresentadas por Vito Tanzi (1998), Pierra-Guillaume Méon & Khalid Sekkat (2005) e Toke Aidt (2009) em seus artigos. Os autores explicam clara e sucintamente os principais pontos dos trabalhos de *greasers* pioneiros.

A Grease The Wheels Hipótese foi lançada na década de 60, por Nathan Leff (Leff, 1964), em seu provocante artigo “Economic Development Through Bureaucratic Corruption”. Os trabalhos de Huntington (1968) e Leys (1965) também são considerados pioneiros e propagadores desta teoria. O estudo de Huntington (1968)

possui uma citação que sintetiza bem a ideia da corrupção como uma forma de pular obstáculos e ajudar no ato produtivo econômico:

In terms of economic growth, the only thing worse than a society with a rigid, over-centralized, dishonest bureaucracy is one with a rigid, over-centralized, honest bureaucracy.

Huntington, 1968

Este e outros pesquisadores explicam os diversos possíveis efeitos da corrupção, seja por anedotas ou situações hipotéticas ou mesmo utilizando modelos econométricos para tal. Alguns defendem que o desvio do dinheiro público e a aceitação de subornos estariam dando mais dinamismo à economia, devido aos dois agentes: o corrupto e o corruptor.

O dinheiro desviado ou apropriado pelo agente corrupto poderia ser diretamente aplicado em outra atividade dentro do sistema econômico de forma mais dinâmica e eficiente do que o investimento estatal, evitando a lentidão da cadeia de comandos e permissões da máquina pública; supondo que os corruptores são investidores eficientes, o uso do suborno para evasão fiscal, isso é, subornando um agente da receita ou coletor de impostos, apesar de gerar uma queda nas receitas públicas aumentaria a eficiência do investimento no geral, não somente na eficiência, mas também possivelmente o nível de investimento.

Segundo este argumento, a corrupção também pode ser um “salva-vidas” e mitigador de riscos provenientes do sistema político, como violência ou expropriação (Leff, 1964). Caso o suborno de fato reduza esses riscos, o nível de investimento aumentará. Podemos utilizar como exemplo do Brasil, a anedota de um investidor que queira abrir um restaurante em uma área com alto a médio índice de crimes. Para evitar que seus clientes e seu negócio sejam alvos, ele paga propina a policiais corruptos para que estes provenham maior atenção e segurança ao seu negócio, ou que permitam que seus clientes estacionem em local proibido sem serem multados.

Vito Tanzi (1998) sumariza os trabalhos de Beck e Maher (1986) e Lien (1986). Neles, os autores utilizam de modelos para provar que, em competições de leilão, os agentes corruptores mais eficientes são capazes de oferecer subornos maiores para obter licitações ou contratos. Portanto, os subornos funcionariam como promovedores ou filtros de eficiência, pois somente as firmas mais eficientes seriam designadas aos projetos públicos.

Lui (1985) argumenta sobre o valor do tempo e sua subjetividade para cada indivíduo, dependendo do seu custo de oportunidade e sua renda. Aqueles que valorizam mais o tempo, cujo tempo de espera é determinado custoso ou têm um alto custo de oportunidade, estarão dispostos a pagar propinas mais altas para estarem em posições mais vantajosas ou furar a fila em pedidos licitatórios, economizando o tempo. Desse modo, o ato de suborno para a compra de licenças e alvarás permitiria que agentes econômicos “mais eficientes” pulassem etapas do enferrujado e complexo sistema burocrático e, assim, iniciassem mais rapidamente seus negócios e atividades. Esse tipo específico de suborno é comumente chamado de *speed money*, e, como seu próprio nome implica, é o pagamento de dinheiro a agentes públicos para agilizar processos com o suborno de funcionários públicos para a obtenção de licenças, de agentes aduaneiros para liberação ou entrega de produtos, entre outros.

Huntington (1968) afirma que a corrupção poderia ajudar a reduzir o acúmulo de tedioso trabalho burocrático e aumentar o crescimento econômico. Ele também exemplifica como na administração Kubitschek, no Brasil, um aparente alto crescimento econômico correspondeu a uma alta taxa de corrupção parlamentar, pois empreendedores industriais teriam subornado legisladores conservadores ruralistas por proteção e assistência em suas obras. Sem estes acordos ilícitos, os empreendedores não teriam conseguido realizar suas obras. Huntington afirma que um pouco de corrupção pode ser o óleo lubrificante que ajuda na modernização de uma sociedade cujos instrumentos políticos e rígida burocracia, ou mesmo pouco progressiva, acabam reduzindo o desenvolvimento econômico.

Leys (1964), Bailey (1986) e Tullock (1996) apontam como a corrupção pode afetar positivamente a qualidade do funcionalismo público. Se os salários pagos pelo governo não são altos o suficiente, a possibilidade de receber mais através de suborno

ou outros benefícios ilegais seriam ótimos complementos de renda ao servidor público. Segundo eles, permitir a corrupção geraria um aumento da renda do servidor através de atos ilícitos, e isto traria trabalhadores que, sem esses atrativos, seguiriam por outro caminho, ou seja, a corrupção geraria uma alocação de mão de obra mais qualificada nos postos públicos, sem que necessariamente o governo precisasse ofertar salários mais altos para isso, isto é, sem gastar mais. O suborno seria também um incentivo para o trabalhador realizar mais rápido a sua função, gerando um aumento de produtividade.

Além destes, uma série de estudos empíricos apontam evidências que corroboram a Grease the Wheels Hypothesis. É frisada por todos eles a importância do combate à corrupção e a condenam moralmente, mas, mostram que, devido às fraquezas institucionais e burocracias ineficientes, a corrupção é uma saída e tem efeitos positivos nestes ambientes fragilizados. Aidt (2009) aponta que o estudo de Egger e Winner (2005, p. 949) conclui que “(...) a corrupção é um estímulo para o Investimento Estrangeiro Direto, o que confirma a posição de Leff (1964) que a corrupção pode ser benéfica ao contornar as restrições regulamentares e administrativas”.

A ideia geral é que a corrupção facilita negócios que, de outra forma não aconteceriam. Ao fazer isso, promove eficiência por permitir que indivíduos no setor privado corrijam falhas de governo pré-existentes. Leff usa como exemplo as agências regulatórias no Brasil e no Chile na década de 60, responsáveis pelo congelamento e controle dos preços por produtos alimentícios. No Chile, uma agência honesta reforçou e aplicou o congelamento dos preços e a produção de alimentos estagnou. No Brasil, a agência corrupta efetivamente sabotou o congelamento e a produção aumentou, para a alegria dos consumidores.

Em seu artigo de 2007, o professor da Escola de Negócios da Universidade de Kansas Douglas Houston fez um modelo que corroborava com a Grease The Wheels. O modelo trata que a corrupção afeta a economia (PIB per capita) através de dois canais: primeiramente, nações com altos níveis de corrupção medida terão PIB per capita menor como um resultado direto da corrupção: isto se deve, primariamente, devido às práticas de *rent seeking* típicas. Segundo, as nações podem ser positivamente influenciadas pela corrupção se tais atividades corruptas substituam a fraca ou ausente proteção legal, de negócios e o direito à propriedade privada. Em ambas as estimações

do modelo, as atividades corruptas se mostram como um meio alternativo para alcançar maiores níveis de investimento e comércio devido à existência de um quadro legal insalubre dentro de uma nação (HOUSTON, 2007).

O estudo de Méon e Weill (2010) testa a hipótese de corrupção benéfica para um conjunto de 54 países durante os anos de 1994-1997. Seus resultados mostram que, em geral, a eficiência produtiva dos países tem relação inversa ao nível de corrupção, ou seja, quanto mais corrupção, menor a eficiência produtiva. Tal resultado corrobora a *Sand The Wheels* e concorda com os encontrados no estudo de Mauro (1995). No entanto, ao ponderar para a qualidade institucional das nações, a corrupção passa a beneficiar 29 países. Isto é, para Estados com instituições piores, pode realmente ser benéfico permitir um maior nível de corrupção. Em países onde as instituições políticas são fracas, o aumento da corrupção leva ao aumento do crescimento econômico.

A permissão à corrupção, no entanto, continua sendo a segunda melhor opção. O ideal seria a remoção das distorções institucionais que conduzem a tal resultado.

2.2. A corrupção como um entrave, a Sand the Wheels Theory

Contrários à *Grease the Wheels*, os *sanders* defendem que a corrupção é, em todas as instâncias, um freio ao crescimento econômico. A corrupção aparece como uma segunda melhor alternativa ao problema da ineficiência governamental e burocrática, mas, mesmo assim, seus estudos mostram que, no longo prazo e esmiuçando os pontos, atos corruptos são prejudiciais à economia, ou seja, a melhor alternativa é a correção formal destas distorções e falhas de governo.

Por exemplo, quanto ao argumento utilizado pelos *greasers* que aponta a propina como um benefício interessante ao servidor público, complementando, ou até mesmo suplementando, seus salários, uma das diversas críticas feitas está no trabalho Ackermann, no qual a autora diz que existem alternativas não corruptas a isso: as filas para se obter licença poderiam por exemplo, serem organizadas e manejadas usando uma série de taxas diferentes, ou seja, se uma firma ou empresa tem interesse em agilizar seu processo, ela pagaria uma taxa oficial ao governo para que seu pedido fosse

dado prioridade (ACKERMANN, 1997) – um sistema semelhante ao pagamento do serviço SEDEX de entregas de correio.

Nos próximos parágrafos, serão mostrados os principais argumentos dos *sanders* contra os *greasers*, e suas críticas ao entendimento que a corrupção impulsiona o sistema econômico e permite que negócios, que em outra instância não ocorreriam, sejam concretizados.

Ackermann (1997) continua sua crítica ao argumentar que a corrupção só é eficiente se os burocratas têm poder discricionário limitado. Por exemplo, um agente coletor de impostos não pode ser capaz de criar mais taxas, apenas descobrir a sonegação de cidadãos e firmas, do contrário, ele poderia gerar mais custos fiscais às pessoas e firmas, com o objetivo de ameaçá-los com este poder se não lhe pagarem mais propina. A autora também diz que, como incentivo ao bom comportamento do agente público, escritórios coletores de receita são, algumas vezes, oficialmente premiados com parte do imposto que coletam. Por fim, o pagamento de suborno tem como objetivo reduzir o tempo e a incerteza das firmas, mas isso tem como resultado uma alta variância de condições de mercado entre as firmas, e este mesmo sistema pode ser utilizado pelos burocratas corruptos como um incentivo para que ele propositalmente crie dificuldades e seja mais lento, a não ser que seja pago para evitar isso. (Kurer, 1993, Myrdal, 1968).

Complementar à crítica de Ackermann (1997), o trabalho de Aidt (2009) dá suporte à visão que a corrupção, em vez de corrigir as ineficiências, as cria. Em sua principal crítica, Aidt diz que corrupção e regulações ineficientes são dois lados da mesma moeda: a escassez de alvarás, como ele exemplifica em seu trabalho, é criada propositalmente pelo governo e pelos burocratas para que haja oportunidades em potencial para *rent seeking*. Ao mesmo tempo, esta escassez cria oportunidades para a corrupção, pois há indivíduos dispostos a pagar pelos alvarás, licenças, somente se houver escassez (caso não haja, não há necessidade para se pagar, pois a oferta de alvarás seria maior que a demanda). Assim, a corrupção acaba gerando a própria distorção que deveria solucionar, pois há mais incentivos aos burocratas se eles mantiverem o sistema ainda mais regulado e com mais potencial para *rent seeking*.

Aidt (2009) cita o trabalho de Shleifer e Vishny, que criaram o termo “*the grabbing hand*” (1993, 1998 capítulo 1) para descrever como a corrupção surge quando oficiais do governo participam de *rent seeking activities* sempre que podem, sendo contidos somente por instituições econômicas, legais e políticas. Aidt também faz menção aos trabalhos de Kaufmann e Wei (1999): os autores se perguntam se a corrupção realmente é *speed money*. Para responder a isso, eles usam dados de firmas ao redor mundo para acharem a conexão entre os pagamentos de propina e o tempo gasto por administradores das firmas ao lidar com burocratas. Se a corrupção realmente agiliza o processo, então é esperado que os administradores que responderam “sim” ao serem questionados se era comum que empresas no seu ramo paguem propina para que processos corram mais rapidamente, então estes gastariam menos tempo com isso do que outros administradores. No entanto, o estudo deles aponta o contrário. Fisman e Svensson (2007) também mostram, através de uma pesquisa de empresas em Uganda, que a cada 1% no aumento na taxa de pagamento de propina, há uma redução de 3% no crescimento das empresas.

Pierre-Guillaume & Sekkat (2005) falam que a hipótese que a corrupção possa aumentar tanto a quantidade quanto a qualidade do investimento público é questionável. Evidências empíricas sugerem que maior corrupção está associada a maior investimento público e que isso resulta em um deslocamento dos gastos públicos em direção à alocações menos eficientes (Tanzi&Davoodi 1997 e Mauro, 1998). Ou seja, a corrupção resulta em uma maior quantidade de investimento público em setores não-produtivos, o que dificilmente gerará uma melhora na eficiência e no crescimento econômico. O estudo deles também menciona os resultados obtidos por Campos (1999) e Lambsdorff (2003), que observam que falta de previsibilidade da corrupção tem um impacto negativo sobre o investimento e fluxo de capital. Como a corrupção envolve transações complexas e é baseada em contratos ilegais, não há garantias que os agentes vão seguir à risca os termos combinados, o que infere uma tomada de risco adicional, mitigando os supostos efeitos positivos e de salva-guarda, tornando-os não compensatórios, pelo contrário, geradores de maiores incertezas, especialmente em cenários de instabilidade política – um novo governo que venha a assumir pode não ser tão leniente com atos corruptos quanto a administração anterior. Os resultados dos estudos econométricos de Pierre-Guillaume & Sekkat (2005) rejeitam fortemente a Grease the Wheels, favorecendo a Sand The Wheels. Os autores concluem que um estado de direito fraco,

governo ineficiente e insegurança (violência) tendem a aprofundar o efeito negativo da corrupção sobre o investimento. Além disso, observa-se que a corrupção reduz ainda mais o crescimento em países nestas condições, mesmo no modelo controlando o investimento. Assim, a corrupção impacta o crescimento não somente devido à redução de acumulação de capital como por outros canais, ainda não identificados. Segundo seus resultados, é mais rentável aos países reduzirem a corrupção através de melhorias na sua governança do que permitir que a corrupção permaneça.

Tanzi (1998) sumariza os resultados dos principais estudos econométricos sobre a corrupção realizados até a 1998, e estes sugerem um efeito negativo da corrupção sobre as variáveis econômicas. Segundo Mauro (1995), a corrupção reduz o investimento e, conseqüentemente, a taxa de crescimento. Assume-se que isso se dá devido ao aumento do custo e da incerteza. Mauro (1997) também observa que a corrupção reduz os gastos sobre a educação e a saúde. Tanzi&Davoodi (1997) encontram redução na produtividade do investimento público e na infraestrutura de um país, na arrecadação fiscal, principalmente devido ao impacto que a corrupção causa sobre a administração fiscal e receitas aduaneiras, o que acaba reduzindo o orçamento fiscal e, por conseguinte, o seguimento do planejamento governamental. Em suma, segundo eles, a corrupção cria uma alocação de recursos em setores que permitam maiores oportunidades para superfaturamento, desfalque e propina do que para os setores de manutenção e custeio. Wei (1997) mostra que o investimento estrangeiro em países também é reduzido, pois a corrupção acaba funcionando como uma taxa extra, aumentando o custo e risco dos investimentos. Wei também afirma que quão menos previsível for o nível corrupção, maior será o impacto aos investimentos estrangeiros, pois isso aumenta a incerteza e faz com que a corrupção se comporte como uma taxa imprevisível e aleatória. Ou seja, segundo o economista, a corrupção aumenta os custos transacionais das empresas e investidores sem que haja qualquer garantia do cumprimento dos acordos ou do sucesso do investimento. Ele compara o aumento da corrupção de um país como Singapura para o mesmo nível de corrupção do México seria o equivalente a aumentar a taxa marginal às empresas em 20%.

2.3. As soluções para a corrupção

Mas se todos os corruptos morressem de repente
Ia ser tudo diferente, ia sobrar tanto dinheiro
Que andaríamos nas ruas sem temer o tempo
inteiro
Seu pai não ia ser assaltado, seu filho não ia virar
ladrão
Sua mãe não ia morrer na fila do hospital
E seu primo não ia se matar no Natal
Seu professor não ia lecionar sem esperança
Você não ia querer fazer uma mudança de país
Sua filha ia poder brincar com outras crianças
E ninguém teria que matar ninguém pra ser feliz
**Gabriel, O Pensador, trecho da música “Tô
feliz (matei o presidente) 2”**

O fim da corrupção daria início a uma cadeia de efeitos positivos que agraciaria a nação, segundo o músico. A letra da música gerou muita polêmica: uns acusaram o artista de apologia ao crime e instigação de violência, outros o aclamaram como um porta-voz do povo que está cansado de ser enganado e busca soluções mais imediatas ou, ao menos, desabafar sua angústia e raiva. Independente disso, a comoção causada pela música mostrou o quanto a corrupção mexe com a população brasileira e como ela pede seu fim, ao menos, no campo político. Este remédio, no entanto, é demasiado simplista, custoso, de difícil aplicação e, segundo alguns estudos, poderia até mesmo ter efeitos negativos sobre o processo econômico.

Dobel(1976) aponta que a fonte da corrupção está em certos padrões de desigualdade e falta de coesão social , portanto ela surge como explicação da decadência de confiança , lealdade e consideração entre cidadãos de um estado. Dobel ainda diz que a corrupção do estado e do povo sempre caminham juntas e como solução do problema está tanto na educação moral do povo e na sua participação no processo político, acompanhada de uma maior igualdade econômica.

A conclusão do estudo de Tanzi (1998) e o artigo de U Myint (2000) apresentam uma gama de tratamentos para o fenômeno. Tanzi e Myint convergem em dois pontos, com relação às soluções: liderança política, ou seja, deve haver uma figura política

honestas e altamente comprometidas à luta contra a corrupção, com zero tolerância aos atos criminosos e que propicie alta visibilidade ao seu enfrentamento, e desregularização, isto é, mudanças políticas que reduzam a demanda pela corrupção, através da desregularização e incentivos fiscais. U Myint (2000) elenca alguns dos possíveis remédios para o fenômeno: a forte liderança, representada por figuras, ou figura, segundo a tradição asiática, que fosse levada em alta estima e respeito pela população, sendo esta um exemplo de honestidade e integridade, com uma mão firme no combate à corrupção; credibilidade, para obter o sucesso no combate à corrupção, tanto o corruptor quanto o corrupto devem ser punidos, mostrando o comprometimento do governo com a causa, sugerindo inclusive ir atrás dos maiores infratores, que se consideram intocáveis, para que estes sirvam de exemplo aos demais; participação popular, uma campanha publicitária de alta escala, conscientizando a população e apontando seu importante papel e participação no esforço anticorrupção, com um governo engajado e população convencida, seriam armas fortíssimas nessa empreitada.

O autor conclui seu estudo afirmando que, para serem eficientes, as medidas anticorrupção devem mirar as causas, e não os sintomas da mesma, salientando que quanto mais complexa, burocrática e com fraquezas institucionais e jurídicas uma nação for, mais suscetível à corrupção ela é. Também é defendido que as políticas e regulamentos que permaneçam tenham mais transparência e menos discricionariedade, reduzindo, assim, as oportunidades para *rent seeking*.

Voltando à equação de Klitgaard (1988), observam-se, nos trabalhos dos *sanders*, soluções para a problemática da corrupção, de acordo com a equação supracitada. No experimento de Reinikka and Svensson, (2005), a redução da corrupção seria possível dado o aumento de *accountability* (A). Uma das críticas que Susan Rose-Ackermann apontou diz respeito à redução ou limitação de *discretionary powers* (D). Os modelos nos trabalhos de Kaufmann e Wei (1999) e Fisman e Svensson (2007) apontam que o aumento de *rent seeking* (R) teve como resultado um aumento da corrupção e, conseqüentemente, uma redução no crescimento das firmas.

3. A corrupção no Brasil

Na Europa, a corrupção causa um custo de 120 bilhões de Euros por ano (ESTADÃO, 2014), e no Brasil, segundo um relatório da FIESP (2010), as perdas econômicas oriundas da corrupção são estimadas em aproximadamente R\$ 60 bilhões de Reais por ano (valores de 2008). Mesmo considerando que os cálculos da FIESP podem ser contestados por tomarem como base um país isento de corrupção, uma condição que não existe em nenhum lugar, estes números são significativos.

É impossível ler os artigos destes autores e não relacioná-los com o Brasil. O país parece estar sistemicamente envolto em grande corrupção, sendo muitas vezes justificada como instrumento de fazer política, tal como o ministro mencionado no Caso Metherall, estudado por Philp (1997), tenta justificar. É fácil traçar um paralelo e checar congruências com casos brasileiros semelhantes, ou mesmo respostas parecidas, enfim, certa permissividade com relação à corrupção, como um mal necessário para que a máquina pública funcione. O sistema “presidencialismo de coalizão” foi responsável por diversos escândalos que aconteceram no Brasil como: Os cinco anos de Sarney, o impeachment de Collor, A emenda da Reeleição, o Mensalão e o mais recente Petrolão. Esta realidade pode ser evidenciada na fala de um ex-presidente do Brasil:

“Por mais bem votado que tenha sido o presidente eleito, seu capital eleitoral (os votos diretos) tem de ser no dia seguinte convertido em capital político (apoios). Do contrário ele reina, mas sem a famosa base aliada não consegue governar”
(Fernando Henrique Cardoso).

. Considerados estes aspectos, haveria alguma peculiaridade na corrupção brasileira? A expressão “jeitinho brasileiro” foi cunhada ao longo dos anos como sinônima de um modo, não necessariamente ilícito, tampouco necessariamente legal, para resolver ou consertar uma situação. Em sua dissertação de mestrado, De Lima (2016) elabora o seguinte quadro comparativo entre autores que estudaram o conceito:

Tabela 1 Conceitos do "jeitinho brasileiro"

BARBOSA (1992)	Há uma linha tênue entre o jeitinho, o favor e a corrupção. No favor, sempre se espera algo em troca, está em questão à reciprocidade, em que alguém faz, deseja ou espera algo em troca. No jeitinho não há que se falar em retribuição. O favor geralmente é prestado por pessoas próximas, enquanto que o jeitinho brasileiro pode ser demandado a qualquer um. O favor não ultrapassa os limites de regras sociais ou morais e nem de normas legais, enquanto que o jeitinho, geralmente, envolve algum tipo de infração à norma legal ou moral. O que difere o jeitinho brasileiro e corrupção, é o <i>quantum</i> , é a quantidade de vantagem material que se obtém. Sendo que “jeitinho demais leva à corrupção”.
DAMATTA(1997)	É um instrumento que tem capacidade de auxiliar o brasileiro a solucionar os problemas do dia a dia, no mar turbulento que a vida social revela. O jeitinho é a “malandragem” que soma a lei com a pessoa na sua vontade de levar vantagem. É algo honesto, necessário e prático no caso do sistema brasileiro. “Em geral, o jeito é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver problemas, provocando essa junção inteiramente casuística da lei com a pessoa que a está utilizando o processo é simples e até mesmo tocante.”
MOTTAL; CALDAS (1997)	O jeitinho brasileiro como prática cordial em sociedade é a personalização das relações por meio de descobertas, tais como a de um time de futebol comum ou de uma cidade natal comum, ou ainda de outro interesse comum qualquer.
REGA (2000)	O jeitinho brasileiro pode ser bom ou mau. O jeitinho brasileiro é positivo quando surge em virtude da necessidade e ou no instinto de sobrevivência da pessoa. Em determinadas situações, o cidadão se vê obrigado em até mesmo ultrapassar alguns limites, sejam eles morais ou até mesmo legais, em virtude das necessidades demandadas pela sobrevivência. Exemplifica: O pára-lama do carro que é amarrado, em vez de soldado; pedir a um médico amigo que atenda uma pessoa carente ou que faça uma cirurgia pelo sistema de saúde público; o vendedor ambulante, “camelô”, que vende produtos falsificados.
BORGES (2005)	O jeito ocorre quando se resolve uma situação que não tem solução antecipada, ou quando a solução prevista não é possível ser adotada de imediato. Define jeitinho brasileiro como sendo uma situação de improvisação mais específica, quando se dá um jeito dentro das instituições modernas, em favor de urgência pessoal em detrimento das regras. No jeitinho brasileiro existe uma ética sustentada na emoção, onde os fatores de avaliação dependem das circunstâncias ocasionais e também do jeito do corpo, de como se posiciona o corpo na situação.

ALMEIDA (2007)	Existe uma linha tênue entre o certo e o errado em que nasce o jeitinho brasileiro como um instrumento da dinâmica social, fica mais fácil entender porque a cultura da corrupção se estabelece. O jeitinho brasileiro é socialmente aceito e esse jeitinho que quebra as regras e se apresenta como a “zona cinzenta moral”, ou seja, entre os limites do certo e o errado. Variando as circunstâncias, o que é certo pode ser considerado errado e vice e versa.
ALVIM; NUNES (2011)	O brasileiro tem a tendência histórica de confundir o que é cidadania com os favores políticos, nepotismo, fisiologismo, clientelismo, resultando dessa tendência o jeitinho brasileiro.

Fonte: LIMA, Érico Fathi Cordoba de. O real custo Brasil: corrupção sistêmica como entrave ao desenvolvimento/ Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, pg 27 – 28. 2016,

É possível perceber certa romantização da corrupção no “jeitinho brasileiro” nas definições de alguns autores, mas é interessante observar que há uma importância para BARBOSA (1992) e REGA (2000) entre os níveis de “jeitinho”, podendo ser comparados à permissibilidade de certo nível de corrupção para que o cidadão brasileiro consiga “sobreviver” em meio ao caos institucional do país – no entanto, se levado ao extremo, o “jeitinho” é visto como prejudicial pelos autores.

O quadro sobre o “jeitinho brasileiro” faz parte de uma análise antropológica do fenômeno da corrupção no país tupiniquim. Não cabe a esta monografia, principalmente por não ser da área principal de minha formação, tentar utilizar esta ótica para explicar a corrupção, apenas quis fazer menção a esse estudo e mostrar que, como dito anteriormente, a corrupção é um tema complexo e que para compreendê-la, estudos em diversos campos são necessários.

Mas, podemos perceber que, no geral, as definições de jeitinho dos autores convergem com a ideia de uma corrupção benéfica, tal como os *greasers* defendem em seus argumentos. Há uma celebração do jeitinho brasileiro como forma de superar obstáculos, como força modernizadora, tal como Huntington (1968) fala, mas, ao mesmo tempo, é interessante ver como Barbosa (1992) sinaliza, de maneira semelhante ao *greaser*, que há um limite para tal, até que ponto o jeitinho brasileiro é, apesar de às vezes ilegal, legítimo para a sobrevivência e o desenvolvimento. A partir de certo ponto, no entanto, um afirma “que o jeitinho demais leva à corrupção” e o outro fala que “a

society in which corruption is already pervasive, however, is unlikely to be improved by more corruption”.

No trabalho de PAZ MARTINS (2014), o mestrando realiza uma pesquisa com empresários brasileiros e suas experiências com a corrupção. Entre as perguntas, uma se destaca. Os resultados encontrados por ele são interessantes:

Tabela 2 A Experiência dos Empresários com a Corrupção
A EXPERIÊNCIA DOS EMPRESÁRIOS COM A CORRUPÇÃO

VOCÊ JÁ PRESENCIOU PESSOALMENTE UMATO DE CORRUPÇÃO?		QUANDO VOCÊ PRESENCIOU PELA ÚLTIMA VEZ UMATO DE CORRUPÇÃO?		
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS	QUANDO	TIPO	EMPRESÁRIOS
Sim	7	Ano passado	Propina	4
Não	5	Ano passado	Troca de favores	1
		Mês passado	Propina, Troca de favores e outras	1
		Mês passado	Propina	1
	TOTAL			TOTAL
	12			7

Fonte: PAZ, MARTINS E. A Corrupção no Brasil Atual Conforme a Percepção de Empresários Brasileiros, Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR 2014, p. 54

Em sua pesquisa, sete empresários declararam “terem presenciado ao menos um ato de corrupção, e relataram que, na maioria dos casos, presenciaram tanto o pagamento de pequenas propinas, ou troca de favores, com a finalidade de adquirir acesso a recursos providos pelo estado ou agilizar processos burocráticos, quanto a troca de somas que chegam a milhões de reais.” Paz (2014). Entre as perguntas feitas aos empresários, esta foi selecionada por ser a mais congruentes com esta monografia, o resultado do questionamento e os comentários do pesquisador sobre as respostas dos empresários:

“Q13- Dada a situação hipotética a seguir, avalie o argumento da Empresa. Uma empresa que dependente exclusivamente de peças importadas para manter sua produção funcionando, oferece frequentemente, entre outras, vantagens financeiras a agentes alfandegários para que estes acelerem o processo de liberação de sua carga. A empresa argumenta sua atitude da seguinte maneira: Nestes casos, ela estaria simplesmente utilizando os meios ao seu dispor para lubrificar a burocracia e manter sua produção funcionando. Qual a sua opinião sobre o argumento desta empresa?”

Tabela 3 Opinião dos empresários sobre o argumento da empresa em situação hipotética

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O ARGUMENTO DA EMPRESA?	
OPÇÕES	EMPRESÁRIOS
1 Discordo Plenamente	8
2 Discordo	3
3 Concordo e Discordo	1
4 Concordo	
5 Concordo Plenamente	
TOTAL	12

Fonte: PAZ, MARTINS E. A Corrupção no Brasil Atual Conforme a Percepção de Empresários Brasileiros, Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR 2014, p. 63

A pergunta selecionada é muito semelhante ao exemplo utilizado pelos *greasers* em seus trabalhos. Apesar de as respostas dos empresários concentrarem-se na opção “Discordo Plenamente”, o autor aponta a opinião dualista dos empresários. Mesmo discordando, ao justificarem suas respostas, muitos lamentaram e disseram que “no Brasil, tudo funciona assim”, ou seja, lubrificado pela corrupção. Um deles discordou completamente, mas admitiu já ter pago propina para um agente alfandegário agilizar o envio de um produto para sua empresa. Avaliadas moralmente, todos os empresários condenaram as práticas corruptas, mas, utilizando a racionalidade empresarial e levando em consideração os atuais índices de corrupção, as barreiras funcionais e estruturais do sistema burocrático brasileiro, a *pequena corrupção* é tolerada e, às vezes, mesmo necessária para a sobrevivência das empresas no competitivo cenário. Todos eles condenaram as práticas no longo prazo ou negaram que fosse um fator positivo para a economia. (Paz, 2014).

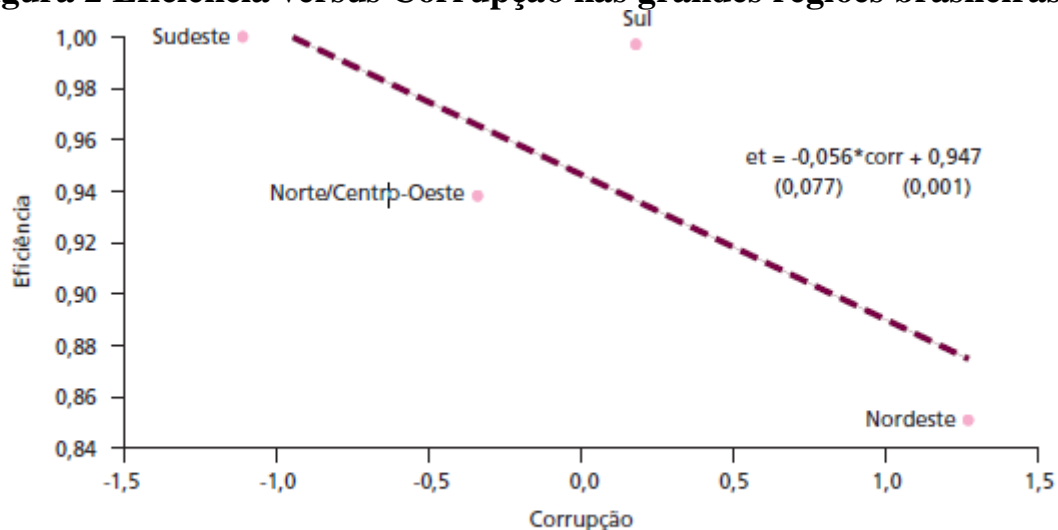
É importantíssimo salientar que os resultados dos trabalhos de Paz (2014), embora interessantes e não descartáveis, possuem um espaço amostral deveras pequeno para poderem ser utilizados como uma *proxy* do cenário brasileiro. Para que fossem estaticamente relevantes, mais informações teriam que ser colhidas com o objetivo de formar uma base de dados mais robusta com um maior número de entrevistados. Sendo assim, o estudo não é robusto o suficiente para tirarmos conclusões com confiança sobre a realidade brasileira.

3.1. Estudos sobre a corrupção brasileira

A percepção é uma das principais fontes de informação para as pesquisas empíricas sobre a corrupção. Ela é utilizada na compilação de índices de corrupção, ou seja, na elaboração de medidas quantitativas baseadas na opinião de entrevistados a respeito da frequência, da intensidade, da quantidade de manifestações e das maneiras corruptas em uma sociedade.

Dito isto, os resultados dos estudos econométricos de Toyoshima & Lopes (2013) corroboram com a Sand the Wheels Hypothesis. Os professores objetivavam avaliar a qualidade da gestão dos recursos destinados à saúde e educação nos estados brasileiros, relacionando-a com o nível de corrupção. Percebeu-se que a corrupção estadual potencialmente influenciaria negativamente a eficiência na prestação dos serviços de educação e saúde, independente do nível de renda e instrução locais. As estimativas apontam que uma elevação na *Proxy* utilizada para a corrupção gera uma redução no escore de eficiência técnica e, se a corrupção aumentasse em 100% em um estado tecnicamente eficiente, o bem-estar geral da população reduziria consideravelmente. O estudo também diz que a qualidade de gestão dos gastos públicos em saúde e educação pode ser ampliada e que, de maneira geral, a percepção da corrupção segue a seguinte ordem crescente: Sudeste, Norte/Centro-Oeste, Sul e Nordeste, como aponta a Figura 2. Ou seja, a corrupção não é um fenômeno exclusivo de regiões mais pobres, pois a região Sul apresentou níveis de corrupção maiores do que Norte e Centro-Oeste. No Sudeste, a forma de corrupção mais comum é a cobrança de propina, no Nordeste e Sul, compra de votos e no Norte e Centro-Oeste, cobrança de propina e compra direta de votos, com o oferecimento de valores monetários em troca do sufrágio. Os professores concluem o trabalho afirmando que o combate generalizado à corrupção é uma forma em potencial de melhorar a gestão dos recursos públicos destinados à saúde e educação no país e que, para pesquisas futuras, seria melhor uma construção de bases de dados sobre a corrupção nos estados brasileiros, dada a importância atual do assunto. Incluir as sete perguntas que os pesquisadores utilizaram em seu trabalho às Pesquisas por Amostragem Domiciliar no Brasil (PNADs) já aumentaria bastante a possibilidade de novos estudos, pois comporia uma base de dados oficial sólida e grande o suficiente para que estimações mais interessantes e mais estaticamente relevantes fossem feitas.

Figura 2 Eficiência versus Corrupção nas grandes regiões brasileiras



Fonte: HARUMI, TOYOSHIMA S., LOPES, SABIONI L. Evidências do Impacto da Corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros. planejamento e políticas públicas | ppp | n. 41 2013. p.219

O trabalho de Araújo.Rodrigues, Monte-Mor, Corre intitulado Corrupção e Valor de Mercado: Os efeitos da Operação Lava Jato sobre o Mercado de Ações no Brasil, publicado na Revista Catarinense da Ciência Contábil (2018), pretende identificar os efeitos causados pela divulgação de eventos de corrupção sobre o valor de mercado das empresas listadas na bolsa de valores brasileira. O estudo aponta que a divulgação devido à Lava Jato de eventos de corrupção possui maior relevância informacional para explicar variações do retorno anormal acumulado anual das companhias listadas do que eventos de natureza contábil e financeiros. A Operação Lava Jato teve efeito nos retornos de empresas afetadas direta e indiretamente pela operação. A operação reduziu o valor de mercado das empresas diretamente envolvidas com os escândalos acima das variações que ocorreram no mercado.

Os autores dizem que seus resultados estão alinhados com Macnab (2003). Segundo este, na presença de corrupção os retornos sobre os investimentos são mais difíceis de prever, o que afeta as decisões sobre os investimentos privados, com consequência negativa sobre o desenvolvimento econômico e sustentável no longo

prazo. As empresas não envolvidas, mas no mesmo segmento tiveram seu retorno anormal positivamente influenciado pelas informações da Lava Jato. Este resultado corrobora com a teoria que a corrupção tende a ser um obstáculo à concorrência, pois proporciona favorecimento e oportunidades desleais à empresas corruptoras. (Lambsdorff, 2003).

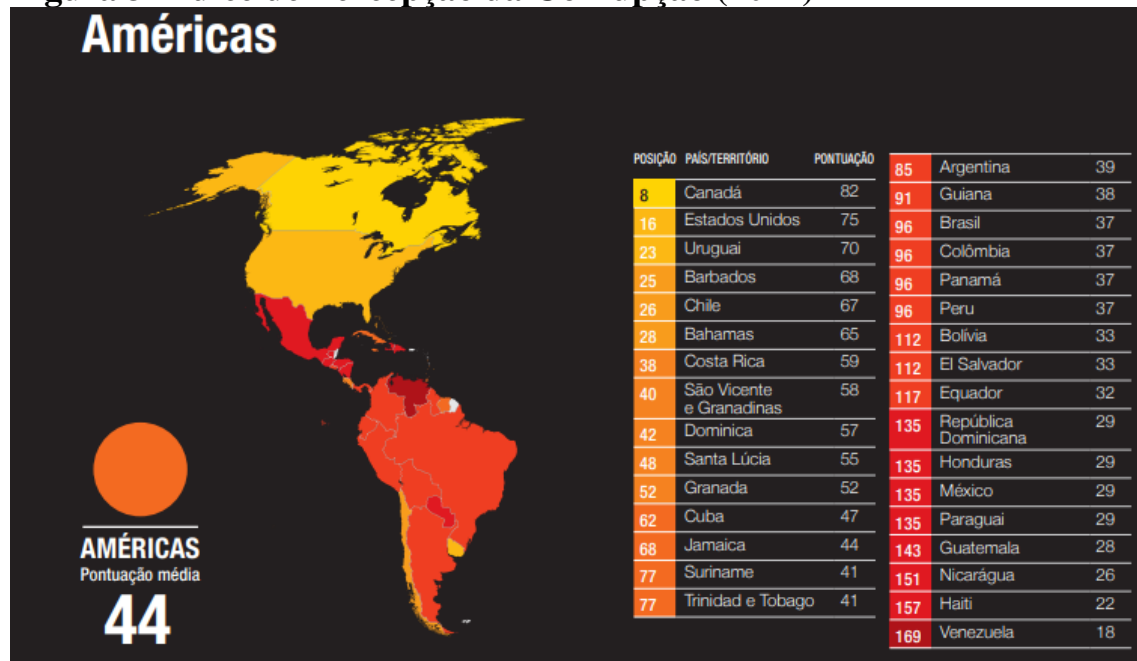
Os autores concluem seu estudo dizendo que seus resultados sustentam parcialmente a Grease the Wheels Hypothesis, e acendem um alerta para o cenário brasileiro. Os pesquisadores citam o estudo de Méon e Weill (2010), que indica que, em média, países com deterioração do contexto institucional, há indícios de existência de benefícios marginais da corrupção. A redução no valor de mercado de empresas diretamente citadas e o aumento do valor de mercado das empresas envolvidas indiretamente podem estar refletindo um desequilíbrio competitivo no mercado, devido aos esquemas de corrupção que as empresas se envolvem e lhe garantem vantagens competitivas. Lembram, no entanto, que no equilíbrio a economia sempre se encontra mais fragilizada quando há corrupção, e defendem um fortalecimento das instituições, do ambiente político-econômico e do combate à impunidade aos crimes de corrupção, de modo que os agentes econômicos não sejam motivados por incentivos perversos.

Os estudos apresentados têm como falha o que os acadêmicos chamam de “precariedade da evidência” – as metodologias no estudo e avanço da corrupção ainda são muito incipientes, incertas e as estimações nos modelos muitas vezes carecem de uma base de dados robusta o suficiente ou utilizam demasiadas simplificações para tirarmos conclusões de forma suficientemente satisfatória, ou seja, faltam provas e dados empíricos. Uma análise crítica e explanatória das metodologias de cada estudo econométrico aqui mostrado teria que ser realizada, não apenas a citação dos resultados obtidos pelos autores, para que, então, pudéssemos averiguar a validade das respostas encontradas pelos pesquisadores. Sendo assim, não é possível, ainda, responder à pergunta motivacional desta monografia: a corrupção pode ou não ser benéfica para o sistema econômico em um ambiente de má governança? Os dados mais confiáveis que possuímos vêm dos relatórios e estudos da Transparência Internacional, cuja metodologia é aceita e utilizada mundialmente. Utilizando da percepção, os resultados e relatórios da Transparência Internacional possuem alta credibilidade, mas, como Abramo (2005) salienta, “(...)as percepções sobre a corrupção devem ser tomadas com

cautela, pois informam pouco sobre o fenômeno da corrupção”. Ou seja, atualmente há um limite metodológico e de base de dados que impede a resposta satisfatória à pergunta deste trabalho. No entanto, os dados da Transparência Internacional são relevantes para a compreensão da percepção da corrupção e, por isso, devem ser mencionados neste trabalho.

Baseada nas opiniões de especialistas, a Transparência Internacional utiliza o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) para medir níveis de percepção de corrupção no setor público mundialmente. O IPC usa uma escala de zero (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro). Dos 180 países avaliados pelo índice de 2017, mais de dois terços receberam uma nota abaixo de 50. No entanto, nenhum país tem uma nota perfeita. Mesmo países menos corruptos ainda sofrem com tomadas de decisões com pouca transparência, com finanças ilícitas ou são coniventes com inconsistências na aplicação da lei. A Transparência Internacional cobra mais ativismo e transparência dos governos na luta contra a corrupção, através do engajamento da sociedade civil, o apoio à liberdade de imprensa, proteção aos jornalistas e ativistas e garantir a accountability nos setores público e privado. A organização põe em evidência a liberdade de expressão nesta luta – a liberdade de expressão é fundamental para expor a corrupção e injustiças. Países que possuem alta nota no IPC, ou seja, são menos corruptos, destacam-se na proteção aos direitos de jornalistas e ativistas. Consequentemente, aqueles com notas menores têm maior probabilidade de abafar as vozes dos cidadãos e da mídia.

Figura 3 Índice de Percepção da Corrupção (2017)



Fonte: Índice de Percepção da Corrupção (2017), Transparência Internacional.

O Brasil encontra-se na 96ª posição, de 180 países, segundo o IPC de 2017. Abramo (2005) critica este método de *ranking*, pois a subida ou descida de posição de um país pode não significar que este tenha melhorado ou piorado, mas sim que seus pares melhoraram ou pioraram. Outras críticas quanto à subjetividade das percepções e metodologia podem ser encontradas no artigo de Abramo (2005): *Percepções Pantanosas*. A Transparência Internacional também lançou, em 2018, a “Agenda Nacional de Integridade nos Negócios”, o relatório “Integridade e Empresas no Brasil”, e, em parceria com os cursos de Direito de São Paulo e Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, a “Novas Medidas Contra a Corrupção”. Apesar destes relatórios não responderem à pergunta da monografia, eles indicam uma mobilização por parte comunidade acadêmica e da organização na luta contra a corrupção, com medidas anticorrupção que buscam melhorar o ambiente de negócios e a qualidade de governança do país. Assim, apesar de não conseguirmos concluir nossa pesquisa inicial, podemos nos focar em atingirmos a melhor solução; independente da Grease the Wheels ou a Sand The Wheels estiver correta, ambas concordam que a corrupção é, no máximo, a segunda melhor alternativa, a primeira sendo o fortalecimento e modernização das instituições e o alinhamento moral do sistema econômico. Logo, a compilação de dados, mais estudos e a criação bases de dados mais robustas para pesquisas sobre o tema a ponto de dar novas luzes à questão são necessários para atingir o cenário idealizado por

ambas as teorias como a primeira solução: a melhora das instituições e da qualidade de governança.

3.2. Ponderações sobre a corrupção

As reflexões presentes nesta seção não objetivam provar ou demonstrar nada, apenas levantar alguns questionamentos fracamente embasados, não devendo ser levada como base para conclusões.

O suborno pode acontecer sempre que houver divergência entre as demandas sociais, ou de um grupo da sociedade e o sistema legal. Exemplos fáceis deste determinante da corrupção ou até mesmo do grau de permissibilidade da corrupção, se dá no caso da propina para se livrar de uma multa por estacionar em local proibido, ou por ter ultrapassado em um sinal vermelho em uma zona violenta, para não perder pontos na carteira, a instalação de televisão a cabo ilegal... Estes são atos corruptos comuns no dia-a-dia dos brasileiros e característicos da pequena corrupção. Uma das medidas que as companhias de TV a cabo encontraram para tentar “converter” esses *free riders* foi oferecer pacotes não tão completos, mas a preços acessíveis à população mais carente.

Outro exemplo nesse sentido está no suborno de oficiais com relação ao consumo de drogas ilícitas. A alta demanda para estas substâncias, *vis-à-vis* sua proibição por lei, aumenta a probabilidade de corrupção, ao passo que agentes públicos podem ser subornados para facilitar seu consumo. Dito isto, tal como propôs Huntington (1968) ao afirmar que um pouco de corrupção pode servir como uma força lubrificante modernizadora em alguns países, o caso do mercado ilegal de drogas também poderia se encaixar de alguma forma nisto? Poderia se perguntar se esse ato, especificamente, não colaboraria de alguma forma com a criação de um mercado negro informal cuja relevância, no futuro, possa ser grande a ponto de ser considerada sua regularização e legalidade, assim como aconteceu na época da Lei Seca nos EUA.

Recentemente, o caso da legalização da cannabis no Colorado nos Estados Unidos pode ser um exemplo disto. O consumo legal da cannabis não só reduziu o

número de prisões e permitiu a geração de recursos tributários como beneficiou toda a economia do estado, devido à criação do novo setor, gerando novos postos de trabalho, spillovers positivos em outros setores como o imobiliário e construção, segurança, entre outros. De acordo com o Marijuana Policy Group, grupo de pesquisa voltado à indústria legalizada do Colorado, a legalização teria gerado um efeito econômico de US\$2,39 bilhões em 2015, criado mais de 18.000 empregos em tempo integral e produzido receita de vendas em torno de US\$ 996 milhões. (VILLARDO ALVES, 2017). Ou seja, talvez a pequena corrupção, neste caso específico, tenha permitido que as transações ilegais ocorressem de forma a gerar um mercado que, hoje em dia, é relevante e legalizado no Estado. Esta é apenas uma ponderação, é óbvio que diversos outros fatores além dos econômicos foram levados em consideração ao legalizar-se à droga no estado.

É importante esclarecer que este parágrafo não pretende, de forma alguma, enaltecer ou defender o comércio de produtos ilegais, legitimá-los ou justificá-los. Tais demandas, protestos e mudanças devem ser feitos respeitando os mecanismos legais em cada sociedade. Apenas pondera-se, aqui, se a existência do comércio ilegal de alguns itens poderia ser uma sinalização de certa aceitação de parte da sociedade por estes e se isso, no futuro, poderia acarretar na regularização dos mesmos.

A outra questão levantada durante a elaboração desta monografia foi: existe uma correlação entre grande corrupção e a sonegação fiscal? Se sim, como isso ocorre no Brasil? Quais as possíveis consequências e soluções para isso? Através dos estudos da bibliografia foi possível observar, primeiramente, que a corrupção afeta as contas do governo em várias instâncias, tanto na arrecadação, quanto no planejamento e despesas. O que pondero aqui é se, invés de aumento das alíquotas de impostos ou criações de novos, talvez uma um combate à sonegação seja uma alternativa efetiva e menos custosa. Mas qual é a relação disso com o estudo da corrupção? A chave está no que causa a sonegação do brasileiro. Entre os motivos, a descrença no governo gera uma indignação no cidadão ou, até mesmo, uma flexibilidade ao ser corrupto também: a impunidade e a corrupção endêmica fazem com que os atos corruptos passem a ser relativizados, inclusive o de sonegar impostos, seja por relativização “se eles fazem, ou fazem coisa pior e não são punidos, porque eu deveria contribuir?” seja por indignação “não vou pagar impostos para que estes sejam desviados por políticos corruptos”. Dessa forma, os remédios que os *sanders* aqui citados argumentam podem ser grandes

instrumentos de políticas anticorrupção que ajudem na redução da sonegação fiscal e, com isso, todas as outras instâncias observadas ao longo deste trabalho também se beneficiariam.

Em seu trabalho, Richardson (2006) realiza um estudo econométrico entre 45 países, com variáveis que a literatura e análises empíricas indicam serem importantes na determinação da sonegação ou cumprimento fiscal. Além de servir a esta monografia para compilar trabalhos sobre o tema da própria, as conclusões do estudo de Grant apontam uma correlação entre fatores não econômicos relacionados com corrupção e evasão fiscal. Seriam eles “Tax Morale” e “Justiça”.

Segundo os resultados obtidos, a “Complexidade e Burocracia” do sistema tributário entre os países eram a variável que mais afetava a Evasão Fiscal; quanto mais complexo, maior a evasão fiscal. Seguida por ela, estão as variáveis “Nível Educacional”, com relação negativa: quanto maior o nível educacional, menor a evasão fiscal; “Fonte de Renda dos Serviços”, isto é, quanto maior for a renda de um país relacionado aos serviços, ou melhor, quanto maior for a quantidade de renda dos empregos no setor de serviços, menor a chance de evasão fiscal; seguidas por “Justiça”: Quanto mais justo os pagadores de impostos acharem seu sistema tributário, menor é sua taxa de evasão e, por fim, “Tax morale”, que, em uma conceituação vaga, é descrita como “os princípios ou valores morais que os indivíduos associam com relação ao pagamento de impostos”. Os resultados apontaram que há uma correlação negativa entre “tax morale” e evasão fiscal e que certos determinantes da “tax morale” em alguns países também possuem correlação negativa com evasão fiscal, ou seja, pode-se inferir a partir disto que quanto maior a sensação que seus impostos vão para fins antiéticos ou que não visem o bem público, menor será a probabilidade de pagá-los.

Apesar das consequências penais, um estudo do sindicato brasileiro de procuradores da Fazenda, o SINPROFAZ, aponta um alto nível de sonegação fiscal no Brasil, em 2016. É difícil mensurar a evasão fiscal no Brasil e no mundo, devido, principalmente, aos dados disponíveis e à baixa confiabilidade. Os poucos estudos existentes “cobrem” um tributo ou um pequeno grupo deles. Cada estudo adota uma metodologia, de acordo com a disponibilidade de dados. A complexidade, benefícios fiscais e diversidade de regimes especiais de tributação dificultam ainda mais a

estimação. A comparação entre países também é um desafio, pois, além das barreiras mencionadas, consideram-se as especificidades dos sistemas tributários de cada país.

No trabalho do SINPROFAZ, foi adotado um modelo que reunisse os indicadores encontrados em outros estudos, para cada tipo de tributo, com o fim de estimar um indicador médio provável da sonegação no Brasil. Cada um dos estudos tem as suas próprias limitações decorrentes das metodologias adotadas e da disponibilidade de dados, mas esta foi a forma escolhida de se ter uma estimação média do patamar de sonegação no Brasil.

O estudo do sindicato aponta algumas evidências nefastas do caso brasileiro, como podem ser observadas nos gráfico e tabela abaixo, retirados do mesmo:

Tabela 4 Carga Tributária (%PIB) VS IDH

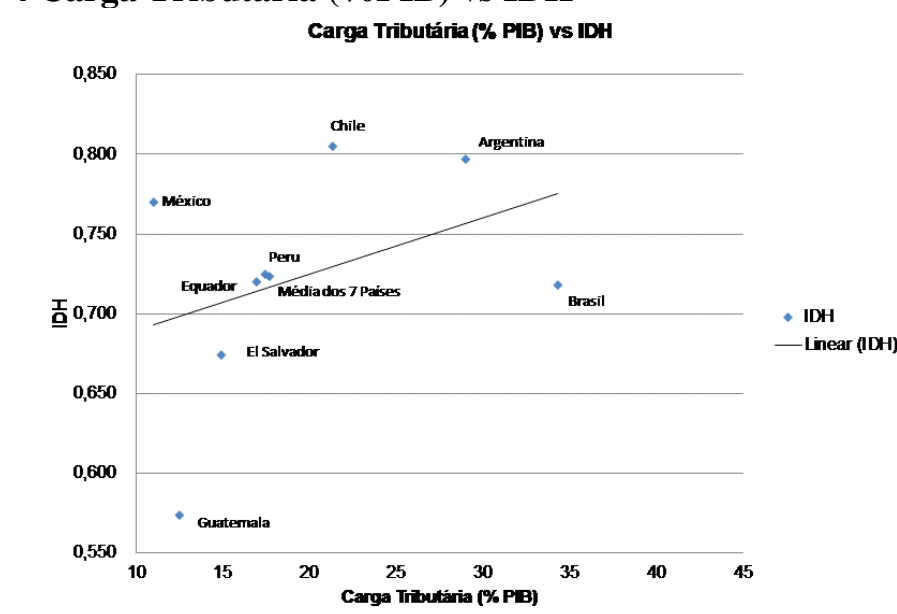
País	% PIB	IDH
Argentina	29,0	0,797
Chile	21,3	0,805
Equador	16,9	0,720
El Salvador	14,9	0,674
Guatemala	12,5	0,574
Mexico	11,0	0,770
Peru	17,4	0,725
Média de 7 países	17,7	0,724
BRASIL (*)	33,8	0,718

Fontes: % PIB: Evasión y equidad en América Latina - Jiménez, Sabain & Podestá (2010). Dados de 2007." IDH: ONU . Dados de 2011

Mais estudos que envolvem a relação entre carga tributária e Índice de Desenvolvimento Humano podem ser encontrados nos trabalhos de Ronaldo Adriano de

Carvalho e Paulo César Ribeiro Quinteiros, de título “O reflexo da Carga Tributária para o Desenvolvimento do País” (2012), e nos dois trabalhos de Joao Alberto Neves dos Santos e Marcelo dos Santos de Oliveira, de título “Carga Tributária e IDH – Uma proposta de avaliação qualitativa da eficácia das ações de governo” (2011).

Figura 4 Carga Tributária (% PIB) vs IDH



Fontes: % PIB: Evasión y equidad en América Latina - Jiménez, Sabain & Podestá (2010). Dados de 2007."
IDH: ONU . Dados de 2011

Apesar da alta carga tributária, o Brasil possui um baixo IDH se comparado aos demais países analisados. A carga tributária da Argentina, por exemplo, apesar de semelhante a do Brasil, possui um IDH maior. Estudos empíricos como este mostram que, no geral, há uma relação positiva entre carga tributária e IDH. No entanto, isso não ocorre no caso brasileiro. O mesmo estudo aponta que o Brasil tem a 16ª maior carga tributária, mas a 27ª colocação em IDH. Assim, o Brasil fica apenas à frente da Turquia, mas a carga tributária brasileira à época era de 33,4%, enquanto que a turca era de 25%.

Tabela 5 Carga Tributária vs IDH (*) Ajustado pela nova série histórica do PIB

	% PIB (2011)	Posição (%) PIB)	IDH (2011)	Posição (IDH)
Alemanha	37,1	10	0,905	5

Áustria	42,1	8	0,885	13
Bélgica	44	4	0,886	12
Brasil (*)	33,4	16	0,718	27
Canadá	31	22	0,908	3
Chile	21,4	28	0,805	26
Coreia	25,9	25	0,897	9
Dinamarca	48,1	1	0,895	10
Eslováquia	28,8	23	0,834	24
Eslovênia	36,8	11	0,884	14
Espanha	31,6	20	0,878	17
Estados	25,1	26	0,91	2
Estônia	32,8	17	0,835	23
Finlândia	43,4	5	0,882	16
França	44,2	3	0,884	14
Grécia	31,2	21	0,861	22
Hungria	35,7	13	0,816	25
Islândia	36	12	0,898	8
Israel (1)	32,6	18	0,888	11
Itália	42,9	7	0,874	18
Luxemburgo	37,1	9	0,867	19
Noruega	43,2	6	0,943	1
Nova Zelândia	31,7	19	0,908	3
Suécia	44,5	2	0,904	6
Suíça	28,5	24	0,903	7
Reino Unido	35,5	14	0,863	21
República	35,3	15	0,865	20
Turquia	25	27	0,699	28

Atualizado em: 25/10/2012; disclaimer: <http://oe.cd/disclaimer>

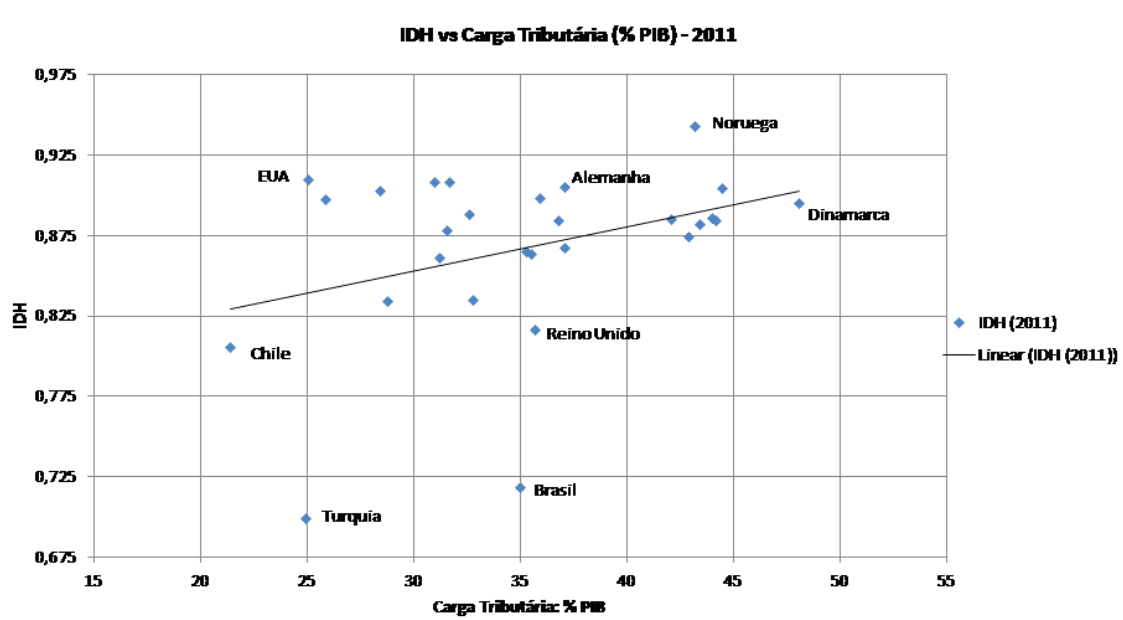
1.Information on data for

Israel: <http://dx.doi.org/10.1787/888932315602>.

Fonte: Revenue statistics: Comparative tables, OECD Tax Statistics (database)

Pode-se observar nesta tabela e neste gráfico as discrepâncias entre o Brasil e os países da Europa. Em comparação aos países da América Latina, o país encontra-se muito abaixo da média.

Figura 5 – IDH vs Carga Tributária (%PIB) – 2011



Fonte: <http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonegacao-no-brasil%E2%80%93uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016>

O estudo afirma a partir desses dados que: “Pode-se afirmar que esse panorama é mais um fator de desincentivo ao adimplemento tributário no Brasil, o que faz com que o investimento no aparato de fiscalização e recuperação de tributos seja ainda mais necessário no combate à sonegação no Brasil.” Entre os motivos da sonegação fiscal, o sindicato também aponta as diferenças culturais: “Em algumas sociedades, como as nórdicas, os cidadãos sentem orgulho em pagar tributos e a informalidade é baixa, como indica as estimativas para países da OCDE; mas para a América Central e do Sul, as estimativas indicam informalidade quase 3 vezes maior (AHMED e RIDER, 2008), conforme tabela abaixo.”:

Tabela 6 - Economia Informal no Mundo (2005) (*) Transição do modelo de produção socialista para o capitalismo

Região do Mundo	Informalidade em % do PIB	Número de Países
África	41,2	24
Ásia	26,3	25
América do Sul e	41,5	17
Economias em	37,9	23
Membros da OCDE	16,8	21

Fonte: AHMED e RIDER (2008)

Ao longo do trabalho, comparações são feitas com a entidade arrecadadora britânica, a Highest Majesty Revenue & Customs – HMRC. A sonegação fiscal inglesa, no final das contas, chega a cerca de 339 bilhões de Reais em 2012-13, há um passo que a brasileira chega a cerca de 600 bilhões em 2016. O estudo conclui, com ressalvas, que, a alta sonegação é uma das razões da alta carga tributária brasileira: “Tomando-se em consideração esse último indicador para a sonegação, poder-se-ia afirmar que se não houvesse evasão, o peso da carga tributária poderia ser reduzida em quase 30% e ainda manter o mesmo nível de arrecadação”.

Para efeitos de comparação entre os IDHs e carga tributária dos países, é importante salientar que existem grandes diferenças na composição da carga tributária entre eles, como, por exemplo, se o fator previdenciário está incluso nesses cálculos ou não. Sendo assim, os quadros aqui listados não são de tão simples análise comparativa e necessitam de estudos mais aprofundados antes de que conclusões precipitadas sejam feitas.

4. Conclusão

O objeto de estudo possui peculiaridades que dificultam sua compreensão e análises: a heterogeneidade no campo de pesquisa e nas metodologias dos estudos empíricos, a dificuldade em sua detecção, ou melhor, a impossibilidade de uma análise ex-ante, afetam as bases de dados acessíveis atualmente e que, por isso, mostram resultados inconclusivos ou até mesmo conflitantes. Mais estudos são necessários compreender melhor a corrupção, suas origens e desdobramentos. É importante notar o crescimento do peso e interesse sobre o assunto no momento atual no Brasil: podemos citar os resultados inéditos na história do país causados pela Operação Lava Jato e, deve-se creditar, também, a importância de uma mídia jornalística livre, que noticie em grande escala os escândalos de corrupção, e o papel da indústria do entretenimento nesta equação: o sucesso de filmes como “A lei é para todos”, “Tropa de Elite 1 e 2”, “O candidato honesto 1 e 2” e, mais recentemente, a série da empresa Netflix “O mecanismo” são exemplos de como a temática é retratada no ambiente nacional. A existência desse tipo conteúdo evidencia o quanto a temática chama a atenção do cidadão para ela. Não entra, aqui, a questão da qualidade ou falta de neutralidade política das obras citadas, apenas o fato de terem como parte de suas temáticas centrais algum retrato da corrupção brasileira.

O trabalho iniciou-se com a dificuldade em definir a corrupção. O fenômeno, devido sua abrangência, possui diversos significados, porém não é difícil de ser reconhecido. Reconhecido mundialmente como algo não restrito a determinada situação institucional ou país, a corrupção é um mal a ser combatido. A principal divergência entre os *greasers* e os *sanders* seria se, em certos cenários, a corrupção poderia ter efeitos positivos à economia.

A bibliografia utilizada neste trabalho mostra alguns dos principais resultados de trabalhos empíricos e argumentos da Sand the Wheels theory para refutar a Grease The Wheels, ou seja, recusando a corrupção como um fator de crescimento ou como solução às falhas de governo. Os trabalhos dos *sanders* buscam mostrar que qualquer benefício que a corrupção aparente trazer limita-se ao curto prazo. A teoria da corrupção como um lubrificante ignora diversos efeitos negativos e causadores de distorções desta sobre

variáveis macroeconômicas como o investimento de longo prazo devido à baixa qualidade institucional de uma economia, distorções sobre a alocação de recursos financeiros e de capital humano (talento) e, conseqüentemente, ao crescimento do país. Os estudos de Reinikka & Svensson (2005) também apontam os efeitos negativos morais e ao desenvolvimento humano geral como o acesso a serviços básicos, nível educacional, desigualdade de renda e desigualdade democrática. No entanto, não sou capaz de responder qual teoria está correta, devido à precariedade da evidência. Ambos os “lados” não possuem modelos, estimativas e bases de dados suficientemente robustos para afirmarmos com certeza se seus resultados são universais. Sendo assim, por enquanto só podemos sinalizar a necessidade de mais estudos e a criação de mais bases de dados e utilizar a pesquisa da Transparência Internacional como base para trabalho e compreensão do fenômeno, pois sua metodologia é internacionalmente aceita e possui uma base de dados confiável.

Todos os estudos, independentemente de “qual lado” estejam, condenam moralmente a corrupção, e sua permissibilidade só é vista como possivelmente positiva em casos muito específicos e nunca como a solução final para um problema, mas, no máximo, como segunda melhor alternativa, a primeira sendo uma melhoria e fortalecimento das instituições, do ambiente econômico, desburocratização e melhoria da qualidade de governança. Ambas as teorias convergem com relação à condenação moral da corrupção e quanto à escolha dela não como a melhor saída, mas como a segunda opção. Logo, em vez de focarmos no possível caráter benéfico da corrupção em ambientes de baixa governança, talvez seja mais eficiente estudar mais o fenômeno e aumentar seu entendimento de modo a elucidar como aprimorar a qualidade da governança e dos ambientes de negócios.

A corrupção brasileira não possui uma grande diferença das demais ao redor do mundo. Os resultados encontrados por Toyoshima & Lopes (2013) indicam um potencial dano da corrupção à eficácia técnica das políticas públicas nos setores de educação e saúde nas regiões brasileiras. Um Estado cujo poder e eficiência possam ser reduzidos devido a isso, não deveria permitir a continuidade de tais práticas. No entanto, mais estudos com bases de dados mais robustas são necessários para podermos afirmar e provar as conclusões que os autores chegaram.

Se há algum tipo de relevância nas ponderações feitas, a corrupção não deve ser considerada como mecanismo de modernização, tal como sugeriu Huntington (1968). Os estudos empíricos são insuficientes para mostrar se ela é um entrave ou um lubrificante, mas, a modernização deve vir através de mecanismos legais e modernos, como foi o caso da discussão sobre a legalização do consumo da cannabis. Ainda sobre as ponderações, a quantia sonegada de impostos é altíssima comparada ao valor estimado pela FIESP perdido devido à corrupção. Se, de alguma forma, inibir atos corruptos pode influenciar na quantidade de sonegação, então uma reforma política e moral talvez possa ser mais eficaz e imperativa do que um aumento das alíquotas de impostos. Esse aumento pode, inclusive, gerar ainda mais ressentimento e só aumentar a quantidade de impostos sonegados. Mas, estas ponderações carecem de evidência empírica e necessitam de mais estudos, são, como anteriormente citado, apenas reflexões sem forte embasamento ou provas.

Desse modo, fica claro que mais estudos e maiores e mais robustas bases de dados sobre a corrupção são necessários para definirmos se ela é um freio ou não ao desenvolvimento econômico e se os seus efeitos sobre a vida humana são deteriorantes independentemente da qualidade de governa dos países.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, C. W. Percepções Pantanosas. **Novos Estudos Vol. 73**, 33-37, 2005.

AIDT, S. T. Corruption, Institutions and Economic Development **Oxford Review of Economic Policy** April, 2009.

ALVES, VILARDO P. Impactos Econômicos da Legalização da Cannabis: A experiência do Colorado. **Monografia Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2017.

AMUNDSEN, Politica Corruption: An Introduction to the Issues. Bergen, Norway, **Chr. Michelsen Institute Development Studies and Human Rights** 1999.

BARDHAN, Pranab. Corruption and Development: A Review of Issues **University of California at Berkeley Journal of Economic Literature Vol. XXXV** pp. 1320-1346, 1997.

BIASON, Rita de Cássia. Temas de Corrupção política. **São Paulo: Balão Editorial**, v.208 p.9 2012.

DOBEL. 1. P. The corruption of a State. **Tile All/erical1 Poli rica I Sciellce Rninl'**. 72:958-73. 1976.

ARAÚJO, EDUARDO CARVALHO CORREA DE.; RODRIGUES, VICTOR RANGEL DOS SANTOS.; MONTE-MOR, DANILO SOARES.; CORREIA, DIAS ROGÉRIO - CORRUPÇÃO E VALOR DE MERCADO: OS EFEITOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO SOBRE O MERCADO DE AÇÕES NO BRASIL - **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 2018

HARUMI, TOYOSHIMA S., LOPES, SABIONI L. Evidências do Impacto da Corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros. **planejamento e políticas públicas | ppp | n. 41** 2013.

HOUSTON, Douglas. CAN CORRUPTION EVER IMPROVE AN ECONOMY? **Cato Journal, Vol. 27, No. 3**, 2007.

HUNTINGTON, S. P. Political Order in Changing Societies. **New Haven: Yale University Press**. pp. 386, 1968.

KLITGAARD, R. Controlling Corruption. **Berkeley: University of California Press**, pp. 75. 1988.

LEFF, N. Economic development through bureaucratic corruption. **American behavioral scientist**, v. 8, n. 3, p. 8-14, 1964.

LIMA, Érico Fathi Cordoba de. O real custo Brasil: corrupção sistêmica como entrave ao desenvolvimento/ **Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande**, pg 20 – 42. 2016,

MYINT, U. CORRUPTION: CAUSES, CONSEQUENCES AND CURES **Asia-Pacific Development Journal Vol. 7, No. 2, December 2000** pp 33-57, 2000.

PAZ, MARTINS E. A Corrupção no Brasil Atual Conforme a Percepção de Empresários Brasileiros, **Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR** 2014.

PHILP, M. Defining Political Corruption. **Political Studies**, v XLV, pp 436-462, 1997.

PIERRE-GUILLAUMEMEON' & KHALID SEKKAT. Does corruption grease or sand the wheels of growth? **PUBLIC Choice (122)** pg 69-97, 2005.

REINIKKA, R.; SVENSSON, J. Local capture: evidence from a central government transfer program in Uganda. **Quarterly journal of economics**, v. 119, n. 2, p. 679-705, 2004.

RICHARDSON, Grant. "Determinants of tax evasion: A cross-country investigation". **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation** 15(2006) pg. 150–169, 2006

ROSE-ACKERMAN, Susan. The Role of the World Bank in Controlling Corruption **Yale Law School Legal Scholarship Repository** (p 93 -114), 1997.

Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ (2016) – “Sonegação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2016” disponível em: <http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonegacao-no-brasil%E2%80%93uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016>

TANZI, Vito. - Corruption Around the World Causes, Consequences, Scope, and Cures **IMF Staff Papers Vol. 45, No. 4 (December 1998) © 1998 International Monetary Fund** pp 559 – 594, 1998.

TULLOCK, G. Corruption theory and practice. **Contemporary economic policy**, v. 14, n. 3, p. 6-13, 1996.

TULLOCK, Gordon; SELDON, Arthur; BRADY, Gordon L. Falhas de governo: uma introdução à teoria da escolha pública. **Rio de Janeiro: Instituto Liberal**, p. 55. 2005.

VAN RIJCKEGHEM, C.; WEDER, B. Bureaucratic corruption and the rate of temptation: do wages in the civil service affect corruption, and by how much? **Journal of development economics**, v. 65, n. 2, p. 307-331, 2001.

WALLIS, J.J. “The Concept of Systematic Corruption in American History” in **E.L. Glaeser e C. Goldin, Corruption and Reform. Lessons from America’s Economic History**, The University of Chicago Press, Chicago e Londres, p.25. 2006.